

LINO GERALDO RESENDE



CENSURA, POLÍTICA E CONTRA HEGEMONIA



DonaClara





CENSURA, POLÍTICA E CONTRA HEGEMONIA

© 2011 Lino Geraldo Resende

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa autorização do detentor dos direitos autorais

Projeto Gráfico, Edição e Editoração:



Rua Luiza Grinalda, 550, Sl. 204, Centro,
Vila Velha, ES, CEP 29100-080
www.donaclara.jor.br

ISBN:

EDIÇÃO CONSOLIDADA
Vila Velha, ES,
2021

LINO GERALDO RESENDE

CENSURA, POLÍTICA E CONTRA HEGEMONIA

5

Vila Velha, ES
BRASIL
2021

Censura, Política e Contra Hegemonia



SUMÁRIO

A política como foco	9
A censura contra a cidadania.....	17
Antes do Brasil	23
Censura como política de Estado	28
A colaboração dos patrões.....	32
Uma história delicada	38
Bibliografia	44
Gramsci jornais e intelectuais	51
A questão dos intelectuais	55
Participar ou se encastelar.....	58
A formulação de Gramsci.....	61
A questão do jornalismo	71
Gramsci, intelectuais e imprensa alternativa	75
Referências.....	80
Bibliografia	83
Foucault e a microfísica do poder	85
A questão do poder.....	87
O poder antes de Foucault.....	89
O poder em Foucault.....	93
Corpos dóceis e adestrados	96
Foucault, história e jornal	104
Referências.....	107
Biografia.....	109
Maquiavel e a nova política	111
A justificativa do contexto.....	113
A instituição da política.....	115
Sem definir Estado	119

Indo além de O Príncipe	122
Referências.....	125
Bibliografia	126
O Direito como argumentação	129
Um novo enfoque.....	135
Argumentação e Direito	137
A essencialidade da argumentação.....	141
Bibliografia	142

A POLÍTICA COMO FOCO



O que tem em comum Antonio Gramsci, Nicolo Maquiavel, Michel Foucault, a censura e a argumentação? Elas estão ligadas intimamente à política, tão necessária hoje quanto sempre foi, sobretudo diante de regimes autoritários, que tentam se impor e construir uma narrativa que difere da realidade e deixa de lado a aspiração da maioria.

É por isso que esta publicação reúne cinco diferentes ensaios produzidos no âmbito acadêmico. Eles já tinham sido publicados antes em revistas especializadas e em e-books, mas a reunião deles é conveniente, colocando em um só volume discussões que, além de muito atuais, focam no que é essencial, indo da oposição à censura à construção de uma política participativa e inclusiva.

11

Dos ensaios, um deles foi produzido como professor da Oratória, que lecionei na Unilinhares para o curso de Direito. O Direito como argumentação observa o papel vital que o argumento exerce nas discussões sobre direito e sua aplicação, sendo ele que fornece os meios do contraditório, convencendo que é a posição defendida a correta. A argumentação é, pois, fundamental não só no exercício do Direito, mas na política e no debate que ela proporciona, principalmente para mostrar as falácias utilizadas pelo poder.

Os outros quatro ensaios foram desenvolvidos durante o Mestrado em História Política, na Universidade Fede-

ral do Espírito Santo. O primeiro deles mostra como, ao longo da história do Brasil, a censura foi usada para calar os que se opõem ao poder. Ele nunca foi tão atual e revisar a história nos ajuda a entender a realidade brasileira.

O segundo toma como base estudos de Michel Foucault sobre o poder, mostrando que ele não é exercido somente em nível macro, mas no mini, entre pessoas, o que fornece uma explicação para o comportamento individual, que replica o do líder, defendendo posições que, aparentemente, são indefensáveis. O exercício do poder é permanente, com alguém sempre buscando se sobrepor a outrem.

12 O ensaio sobre Maquiavel toma como base a teorização que o autor construiu, dando um rumo totalmente diferente à política e à sua prática, mostrando a importância das relações públicas e da cultura política. Ela a usa como meio de aconselhamento ao “príncipe” oferecendo-lhe a chance de permanecer no poder. Ao mesmo tempo e exatamente por ver a questão do ponto de vista do poder, nos dá a oportunidade de combater a ação política, desconstruindo-a.

O conceito de intelectuais orgânicos, desenvolvido por Antonio Gramsci e que é objeto do ensaio, nos dá a perspectiva de como mudar a hegemonia política, desconstruindo o discurso do poder e alinhando um novo discurso, levando-o à política, tornando-o credível e, com isso, ajudando na mudança dessa mesma hegemonia.

Olhando a realidade brasileira temos exemplos de aplicação de cada um dos ensaios. Começamos pelo

conceito de mudança da hegemonia, um movimento orquestrado para a retirada de Dilma Rousseff do poder, que obteve êxito e levou a uma mudança significativa na política brasileira, progressista antes e retrógrada, depois.

Ainda tendo como base a realidade brasileira, podemos tirar dos ensaios princípios básicos que explicam os movimentos pendulares que tem sido feitos nos últimos anos. A discussão sobre o poder nos dá a perspectiva de vê-lo não só vindo do alto, mas sendo construído na base, o que, talvez, explique a eleição de Bolsonaro.

E usando Maquiavel como modelo, podemos teorizar sobre o fracasso do segundo governo de Dilma Rousseff e o novo discurso construído, o que levou ao apoio do impeachment e a retirada dela do poder, abrindo espaço para a tomada do poder pelos conservadores e alavancando a eleição que consagrou um candidato da direita, a pior direita, sem dúvida.

13

No caso da argumentação vivenciamos a batalha pela “venda” de ideias que já não eram modernas e aceitáveis na época do Renascimento. É uma volta ao velho, ao preconceito e à discriminação. É um novo vale tudo e ele está sendo apresentado – e aceito por parte dos brasileiros – como um avanço. Aqui, a argumentação pode se contrapor a esse discurso, mostrando que estamos dando marcha a ré, não indo para a frente.

E, por fim, temos a questão da censura, onipresente na história brasileira, com as tentativas de calar a oposição e intimidar opositores, além de ameaças à mídia e à liberdade de imprensa. O que foi uma rotina ao longo dos anos, não importando que estava no poder, se exacerbou

nos últimos tempos e vem em um crescendo, retomando o espectro da censura como meio político.

Por achar que os ensaios ainda são atuais e que, com base nas ideias por eles discutidas, servem para mapear o momento brasileiro é que decidi reuni-los neste livro. Antes, eles estava dispersos, já que publicados individualmente. Agora, juntos, mostram um fio que nos leva a ver os vários aspectos da política, indo da censura, à mudança da hegemonia, as tentativas de monopolização do poder e os caminhos usados para consolidar ideias que, para a maioria das pessoas, não são as mais adequadas para o Brasil.

14 A política é o campo certo para mudar a hegemonia e trocar o poder, colocando, ao meu ver, o Brasil novamente nos trilhos. De um modo geral, o que temos visto é encorajador, o que nos fornece ainda mais razões para o exercício da política e do uso de arsenal de ferramentas que elas no oferece, indo da mudança de hegemonia à exposição dos governantes e suas intenções com o uso de uma boa argumentação, que irá convencer a maioria a mudar.

Reunidos em um só lugar os ensaios ganham maior consistência, já que, no meu entender, são complementares e sua leitura irá permitir que se tenha uma visão mais ampla de como usar as várias ferramentas que cada uma das disciplinas oferece. Ao teorizar o pensamento de Maquiavel, Gramsci, Foucault e discutir a censura e a argumentação os ensaios oferecem meios de melhorar a política, tornando-a melhor, não pessoalmente, focada em poucos, mas para a população brasileira.

O governo deve ser exercido em benefício do povo, não de poucos. Cabe a cada um de nós contribuir para que esse exercício ocorra e, neste caso, temos ferramentas disponíveis, baseadas no pensamento de teóricos que não só pensaram mais viveram intensamente a política, registrando como mudá-la.

Espero que os ensaios sejam a pequena contribuição que dou para o debate político.

Lino Resende
Vila Velha, ES
Junho, 2021



A CENSURA

CONTRA A CIDADANIA



“Se a liberdade significa alguma coisa, será, sobretudo, o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir”.

George Orwell

Autor de um clássico que fala da manipulação das opiniões, de forma a tornar aceitável um regime que tudo controla, através de sua onipresença, George Orwell nos dá em 1984, ficção futurista para a época em que foi escrita, uma visão de a quanto pode chegar um governo para controlar os seus cidadãos.

19

O romance, que nos remete a um clima e a um regime opressivos, é pessimista e talvez decorra desse pessimismo a afirmação de Orwell em epígrafe que, retirada de um contexto e trazida para o Brasil pode nos permitir avaliar o controle que sucessivos governos tentaram fazer da opinião pública mediante o controle da informação, exercido através da censura – empresarial, econômica e política.

O que sempre ocorreu, como atestam inúmeros episódios ao longo de nossa história, é que o poder não quer ouvir verdades – ou pelo menos não deseja que elas sejam divulgadas, ditas à população. Com isso, evitam a manifestação da cidadania, que se dá, em primeiro lugar, mediante o conhecimento da realidade do país e do que nele acontece. A informação, neste caso, é imprescindível.

dível para que a ágora – o espaço de manifestação dos cidadãos – exista.

É com o objetivo de controlar a opinião pública, fazendo com que a população tenha conhecimento só daquilo que interessa ao poder que age a censura. O Brasil tem uma longa tradição de censura, que pode ser encarada como permanência, já que se fez presente mesmo antes de o país tornar-se independente. Aliás, pode-se dizer que os momentos de liberdade é que são exceção ao longo de nossa história. Há momentos, como após o golpe cívico-militar de 1964, em que ela foi exacerbada e objetivou, inclusive, a conquista dos corações e mentes dos brasileiros, o que autores como Carlos Fico admitem que conseguiu, pelo menos em parte.

20

A censura, no caso do Brasil, sempre foi abrangente. Não atingiu só a imprensa, sendo bem mais ampla e abarcando as artes, os espetáculos, os livros, o cinema, o teatro, a música, etc., no início da construção do país e, mais tarde, quando dos períodos autoritários vividos. Legal e institucionalizada, no que se refere à questão moral, a censura política, seja na mídia, seja fora dela, foi sempre uma presença ao longo da história do país.

No que se refere ao período do regime cívico-militar, que é o foco deste trabalho, foi ilegal – no sentido de não ser amparada formalmente em uma lei – desde o início, agiu de forma coordenada e contou, no caso específico da mídia, responsável pela formação da opinião pública mediante a disseminação da informação, com a colaboração dos empresários e, em muitos casos e em muitas ocasiões, com de jornalistas.

Se ao longo da nossa história a censura sempre bus-

cou o controle da informação e, com isso, impediu o pleno exercício da cidadania, durante os 20 anos em que os militares estiveram à frente de mais um regime autoritário por que o Brasil passou, esta questão foi posta em primeiro plano e ganhou um contorno estratégico, já que o regime buscava se tornar hegemônico e se legitimar, tentando criar um novo imaginário social, que Carlos Fico chama, apropriadamente, de utopia autoritária.

Se os controles calaram a mídia tradicional, a censura foi fundamental para o aparecimento, no Brasil, da chamada imprensa alternativa, como muito bem lembra Thomas Skidmore. E acabou, também, dando impulso a uma série de movimentos sociais que passaram a agir longe dos olhos do público, mas com um trabalho efetivo de conscientização, o que levou, mais tarde, às manifestações em favor da redemocratização e acabou forçando, 21 primeiro, a abertura do regime e, depois, sua queda, como mostra a ampla literatura sobre esse quesito.

E é por isso, como forma de entender o contexto da construção da hegemonia e da busca de legitimidade pelo regime, que se torna necessário dar um panorama da censura, mostrando como é que ela agia e os mecanismos que usou para conseguir a adesão de empresas de mídia – rádio, jornal e televisão – e de profissionais – jornalistas e não jornalistas – que se alinharam ao regime, ajudando-o a disseminar sua ideologia. Antes, porém, é preciso um breve resumo histórico da evolução da censura, que começou, no caso brasileiro, ainda quando colônia, já que foi recorrente em Portugal.

ANTES DO BRASIL

22

Se olharmos a evolução da imprensa, desde a invenção do tipo móvel por Gutemberg, veremos que, diante da possibilidade de expansão do mercado de livro e, com ele, da informação, havia desde o início a preocupação com o controle da informação. A primeira ação nesse sentido foi da Igreja Católica que, no concílio de Latrão, em 1512, instituiu a censura religiosa. Criava-se, assim, o imprimatur, autorização religiosa obrigatória para todas as obras publicadas a partir de então. É na esteira da censura religiosa que nasce, em Portugal, em 1537 a censura política por um ato de Dom João III. Tal como no caso do Concílio de Latrão, a censura portuguesa tinha, também, cunho religioso e estava subordinada à Igreja Católica.

A existência da censura foi a norma em Portugal, não a exceção, mas houve épocas em que era mais rígida, como sob a gestão do Marquês de Pombal. Com sua queda, houve um arrefecimento dela que, logo depois, foi corrigido, com a instituição da tríplice censura: pontifícia, feita pelo Santo Ofício (Inquisição); episcopal, sob a responsabilidade dos bispos portugueses, e real, exercida por organismo criado pela Coroa. É sob a égide da tripla censura que chegam ao Brasil os primeiros prelos de impressão. O primeiro deles foi instalado em 1706 em Recife pelos holandeses, mas não chegou a funcionar. A segunda tentativa é de 1746, no Rio de Janeiro. No caso brasileiro, conforme observa Costella, a censura nasceu

antes de qualquer impresso, sendo recorrente daí em diante.

Este panorama, de acordo com José Marques de Mello, estudioso da questão da comunicação no Brasil, não era exclusivo de Portugal, já que a censura era a tônica em toda a Europa, baseada em uma diretriz da Igreja Católica. A propósito, é ainda Marques de Mello quem nos mostra que a imprensa chegou tardiamente ao Brasil. Se comparado, por exemplo, com a Europa ou América Espanhola, o intervalo é muito maior. Na África, por exemplo, o primeiro prelo chegou em 1490 e, na América Espanhola, em 1533, no México. Com a proibição de se trazer prelos para o Brasil e disseminar as informações, o controle ficava mais fácil. Desde então está claro que um dos objetivos da censura é o controle da cidadania, que necessita, para o seu exercício de informação e de liberdade de expressão.

23

Até a chegada da família real ao Brasil, no início do século XIX, o mercado brasileiro de livros – o meio mais comum de disseminação da informação e do conhecimento – era e foi sobre ele que a censura atuou, conforme relato de Luiz Carlos Villalta, o que é reforçado por Ana Luiza Martins. Ao lado da censura, observam os autores, havia toda uma engenhosidade dos leitores para se livrarem dela e, com isso, conseguirem obter os livros que eram proibidos pelo índice português. Tal como ocorreria muito mais tarde, com a chama imprensa alternativa, leitores sempre buscavam meios de burlar o silêncio que o Governo queria lhes impor.

Se a imprensa chegou tardiamente ao Brasil, o que dizer dos jornais? Tal como em relação aos prelos e à im-

pressão, os jornais chegaram ainda mais tarde ao país. O primeiro jornal brasileiro não foi editado no país, mas em Londres. Tratava-se do Correio Braziliense, que defendia a independência brasileira e, por isso mesmo, era proibido pela Coroa portuguesa. Logo depois, nascia a Gazeta do Rio de Janeiro, mandada fundar por Dom João VI, que poucos meses antes havia chegado ao Brasil, fugindo de Portugal, e trazido, em sua bagagem, a Imprensa Régia, isto é, impressoras que foram instaladas no Rio de Janeiro para servir à Corte Imperial. O primeiro jornal efetivamente brasileiro, como mostra a história, nasceu oficial, para divulgar somente o que o Governo queria e permitia. Ana Luiza Martins ressalta que “(...) cabe insistir na constância do controle da ação e das mentes na história do país, que nasceu e viveu sob o signo da censura, dadas as características de sua formação colonial. (...) É importante dizer que essa ingerência não foi só da censura política, desde sempre muito forte, mas decorreu também da censura moral, de usos e costumes e de uma outra, mais forte ainda, posto que subliminar, imposta pelo curso da economia capitalista: a censura proveniente do mercado, o crivo determinado pelos interesses sobre idéias e produtos que, independente de seus conteúdos perniciosos e tendenciosos, são postos em circulação e divulgação porque rendem, geram lucros pecuniários e garantem o consumo”.

O que se vê, conforme relato de Ana Luiza Martins, não é muito diferente do que iria ocorrer anos mais tarde, com a ascensão dos militares ao poder. De qualquer modo, foi sob o clima de censura cerrada e de controle de opinião que os jornais chegaram ao Brasil, que havia deixado de ser colônia para juntar-se a Portugal como

império. Em relação ao atraso do país na implantação da imprensa deve-se considerar que “a falta de vontade política e o controle da censura não seriam os únicos responsáveis pela instalação tardia da imprensa, mas também o caráter mercantil capitalista da atividade, inviável no país de analfabetos e escravocrata, sem consumidores”, explica Ana Luiza Martins. Era a prevalência dos controles oficiais sobre a mídia, com o objetivo de divulgar somente o que ao Governo interessava, impedindo-se o cidadão de tomar conhecimento do que ocorria e, com isso, inibindo o exercício da cidadania.

A permanência da censura se dá, também, após a independência do Brasil. Nos dois reinados, ela foi uma constante, agora, no entanto, já voltada, também, para o controle dos jornais, que começavam a se expandir no país. A situação se repete, mais tarde, com a República. Pouco mais de um mês após sua proclamação, o Governo baixou um decreto instituindo a censura. Essa recorrência leva Ana Luiza Martins a afirmar: “Importa insistir na permanência da censura durante a nossa história, sobretudo no âmbito da história do pensamento e das idéias, por vezes dissimulada, mas sempre presente no país que conheceu tarde os prelos, a alfabetização e a cidadania”.

25

Foi sob o signo da permanência que entramos no século XX e vimos o nascimento do Estado Novo, uma exacerbação do autoritarismo sempre presente no pensamento político nacional, e com intenção explícita de controlar corações e mentes dos brasileiros. Ao estudar o período, Maria Luiza Tucci Carneiro chama a atenção para a força da palavra e como consequência de os ocupantes do poder saberem desse poder, querem contro-

lá-lo, daí a censura que, no caso do Estado Novo, “tanto o DIP como o Deops – órgãos de repressão do governo varguista – funcionaram como engrenagens reguladoras das relações entre o Estado e o povo; verdadeiras máquinas de filtrar a realidade, deformando os fatos e construindo falsas realidades”. Tomando-se como base a afirmação de Tucci Carneiro, vê-se que, neste contexto, o exercício da cidadania era muito difícil pois, afinal, ela decorre da liberdade, sobretudo da liberdade de informação e da livre circulação de idéias. O contexto de Tucci Carneiro é outro, mas se aplica, com maestria, à ação da censura durante o regime cívico-militar.

26 Ao comentar a ação do regime de Vargas em relação à censura, Antonio Costella observa que uma das medidas tomadas pelo governo foi a obrigatoriedade de registro dos jornais, revistas, editoras e dos próprios jornalistas, o que possibilitava “controlar o surgimento de periódicos” permitindo que o Estado inviabilizasse quem não estivesse com ele comprometido. O controle se ampliava no rádio e na televisão, concessões do poder público, que poderiam ser cassadas em caso de não atendimento ao que o Governo pretendia.

Com a derrubada do Estado Novo o Brasil viveu um breve período democrático e, nele, os controles foram amainados, ficando mais do lado da censura moral, institucionalizada e reconhecida por todos. Os jornais – e os meios de comunicação em geral – tiveram liberdade para noticiar e formar opiniões, seguindo, no entanto, a linha liberal, primeiro, e neoliberal, depois, e trabalhando, como ocorre ainda hoje, como empresas que, em primeiro lugar, visavam ao lucro. Um exemplo desta postura é

O Estado de S. Paulo, como mostra Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado.

Foram os jornais, senão todos pelo menos a maioria, que se alinharam para criticar o governo de João Goulart e oferecer apoio ao movimento que pedia sua retirada do poder. Com o golpe de 64, apoiado pela maior parte da mídia, Goulart saiu e os militares entraram. Começava, então, mais um período negro da censura. Começou, também, toda uma orquestração para impor ao país uma política e uma postura que os militares achavam corretas, cujas idéias eram decorrentes de formulações da Escola Superior de Guerra, em primeiro lugar, com a criação da Doutrina da Segurança Nacional e, mais tarde, do complexo IPES-IBAD que, conforme afirma Dreifuss, foi o principal centro de pensamento e articulação do golpe que derrubou Goulart.

27

A questão da censura durante os 20 anos do regime autoritário está bem coberta pela literatura histórica e há, sobre ela, uma gama de abordagem. O que os vários autores deixam presente é a combinação da censura com outras ações governamentais, todas no sentido de passar à população uma realidade, senão risonha, pelo menos cor de rosa, longe dos problemas efetivos que o país vivia e, como consequência, impedir o pleno exercício da cidadania, que se manifesta, primariamente, pelo poder de crítica. É inegável, como admite Daniel Aarão Reis, que houve crescimento econômico e, dele, muitos se beneficiaram. Também é inegável que o regime contava com apoiadores nos mais variados segmentos da sociedade. Mas existe, ainda, outra questão inegável, a da atuação da censura como uma política do Estado, impedindo

a disseminação de informação com o principal objetivo de controlar corações e mentes e, com isso, amortecer a manifestação de cidadania, que poderia gerar problemas para o Governo.

CENSURA COMO POLÍTICA DO ESTADO

28 **U**m dos autores a abordar a questão multifacetada da censura e o fato de ela ser uma política do Estado é Carlos Fico, destacando que “a censura política à imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo”. Junto com os outros dispositivos do governo militar – repressão política, repressão policial e controle social – a censura era “indispensável à “utopia autoritária” dos radicais vitoriosos em 1964”. É Fico, ainda, quem chama a atenção para o fato de a censura moral ser institucionalizada – e aceita pela população. No caso da censura política, é diferente. O DCDP, órgão encarregado da censura moral e de costumes, também fazia censura política, mas de maneira envergonhada, já que não considerava esta a sua função.

As afirmações de Carlos Fico vão ao encontro do estudo feito por Anne-Marie Smith, que constatou, dentre outras, duas coisas: a primeira, que havia uma política de Estado em relação à censura e, a segunda, que houve, no caso da censura à imprensa, a colaboração dos patrões, que a aceitaram, colaborando com o poder. No caso da política de Estado, Smith demonstrou que havia uma articulação do governo para impor o silêncio à mídia e que, com este mister, criaram-se mecanismos que funcionaram, e bem, por serem impessoais e a mídia não saber,

exatamente, de onde vinha a censura, a não ser que era patrocinada pelo governo. Com a situação maquiada pela desinformação, ficava mais difícil o exercício da cidadania, já que a mídia reproduzia o lado bom do país, não suas mazelas e problemas, capazes de gerar crítica ao Governo e ao regime.

O que Anne-Marie Smith considera é que “o regime acreditava que uma imprensa fidedigna seria um instrumento importante para garantir o êxito do seu empenho em legitimar-se. Alguém precisava proclamar as conquistas do regime (...) e a imprensa poderia ser um forte aliado para a disseminação dessa informação (embora, ao mesmo tempo, uma ameaça se ela se pusesse a questionar ou criticar os custos sociais dessas realizações”.

Em busca de legitimação o governo, para obtê-la, passou a controlar a imprensa, silenciando-a e às críticas ao regime, uma questão muito bem estudada por Beatriz Kushnir. Um primeiro ponto que Kushnir observa é a institucionalização da censura a partir do Governo Médici, que tomou por base um dos instrumentos excepcionais que tinha à mão, o AI 5. Ela vê a base da censura política aos jornais, em particular, e à mídia, no geral, no decreto lei 1077, de 1970, que teria autorizado o Governo a exercer este tipo de atividade. O entendimento de Kushnir, no entanto, é contestado por Anne Smith e por Carlos Fico. Os dois dizem que o decreto regulava a censura aos espetáculos e diversões, não à imprensa, daí tratarem a censura como ilegal. O trabalho de Smith é anterior ao de Kushnir e o de Fico, posterior.

A discussão sobre a base legal da censura não cabe neste estudo, por não ser o seu objetivo, tendo apenas o

caráter informativo da existência do problema e de sua discussão na historiografia brasileira. O que fica patente, no entanto, tome-se o ponto de vista de Kushnir, de Smith ou de Fico é que a censura foi, sim, uma política do Estado e seu objetivo era silenciar a mídia, sobretudo no seu potencial de crítica ao regime. Veja-se o que nos diz Kushnir: “Ao apontar um árbitro, o ministro da Justiça no 1077-70 parece iluminar uma instância superior reguladora de qualquer desmando, um locus apaziguador que impedisse o descalabro. Talvez essa não seja a melhor leitura. Creio que, no fundo, o que o decreto esclarece é que quem dita as regras da censura é o ministro da Justiça. Portanto censura é uma questão de Estado, com atuação política na execução das medidas”.

30 Ao comentar toda a articulação estabelecida pela censura, com o comando central do ministro da Justiça, o que é reforçado com a leitura feita nos arquivos do presidente Geisel, relatada por Maria Celina D’Araújo, Beatriz Kushnir acaba com o argumento de não ter havido uma orquestração da censura, que atuava junto à imprensa, às artes e espetáculos. “Isso permite a reflexão de que a censura jamais foi caótica e que os censores tinham conhecimento e voz de comando acerca da direção a tomar”, afirma.

É devido a esta articulação que Beatriz Kushnir considera que “as transformações por que passou a censura no pós-1968 compunham uma estratégia maior que visava (...) calar notícias e informações e centralizar as atividades censórias no intuito de forjar uma imagem do governo e de ganhar adesões”. Volta-se, portanto, a questão da busca de legitimidade, que levou o governo a buscar uma

posição hegemônica, “vendendo” à sociedade os seus princípios e apresentando-os como se fosse dela, sociedade. Ao mesmo tempo, configura-se o temor à crítica e à manifestação da cidadania que, como já dito antes, se exerce, principalmente, através da crítica e da liberdade de manifestação e de imprensa. Nenhuma destas era permitida pelo regime.

A questão do centro da censura pode ser visto, também, no estudo de Maria Aparecida de Aquino sobre os jornais O Estado de São Paulo e Movimento, que receberam censura prévia durante um bom tempo. No caso do Estadão, um censor ficava dentro do jornal, mas reportava-se a Brasília. No caso do Movimento, a censura era feita na Polícia Federal, na Capital Federal. É dela a afirmação:

“Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida. Afinal, nada pode ser mais “subversivo” do que enxergar a si próprio!”.

31

O levantamento de Aquino prova, com números, que a censura tinha um sentido e se preocupava mais com alguns assuntos que outros, embora tenha sido mais rigorosa com Movimento, um integrante da chamada imprensa alternativa, do que com O Estado de São Paulo, jornal tradicional e que havia apoiado o movimento civil militar que acabou depondo o presidente João Goulart, mas que tinha se transformado em um crítico do Governo. O jornal foi, também, um dos poucos a não se impor a censura prévia. O que a literatura histórica mostra, tomando-se os

trabalhos de Fico, Kushnir, Smith e Aquino, é que havia uma articulação da censura e um centro para ela, configurando-se, com isso, a existência de uma política do Estado no seu exercício. Podia até haver gradações, como no caso dos jornais tradicionais e nos alternativos, mas a censura à imprensa, que era política, não foi realizada ao acaso. Tinha o propósito claro de silenciar críticas e, com isso, insere-se na busca de legitimação do regime e, também, objetivava impedir o exercício da cidadania, que exige liberdade de crítica e de manifestação.

32 Este, no entanto, não é o único lado do exercício da censura e do controle da cidadania. Existe um outro e, nele, os empresários donos de rádios, televisões e jornais representam o papel principal, pois por interesse, a maioria, e por pressão, alguns, acabaram colaborando com o regime e ajudando-o na busca de um novo imaginário e na sua tentativa de forjar uma nova ideologia, a utopia autoritária, e de se legitimar.

A COLABORAÇÃO DOS PATRÕES

Quando Daniel Aarão Reis fala em apoio de segmentos da sociedade civil ao regime, não está se referindo, diretamente, aos empresários da comunicação. Mas, neste caso, a afirmativa se encaixa com perfeição. Basta, para comprová-lo uma olhada no arquivo deixado pelo penúltimo dos presidentes militares que o Brasil teve, o general Ernesto Geisel. Ao estudar o arquivo do Ministério da Justiça, Maria Celina D'Araújo²⁸ mostra as articulações feitas pelo ministro Armando Falcão junto aos empre-

sários da mídia para conseguir direcionar o noticiário no sentido que o governo desejava, de evitar críticas e controlar as manifestações de cidadania. Explicitamente, está citado o empresário Roberto Marinho, dono da poderosa Rede Globo, citado como colaborador do regime.

Esta questão já havia sido abordada antes por Anne-Marie Smith, que chegou ao Brasil para estudar a questão da censura com a vantagem de não ter tido um envolvimento direto com ela, o que lhe deu uma visão diferenciada do problema. É dela, por sinal, a afirmação categórica de que “a grande imprensa quase nunca foi censurada formalmente; em vez disso havia um acordo de cavalheiros – ou assim alegavam as “autoridades constituídas”. É nesse sentido, de acordo de cavalheiros, que ela vê a questão da autocensura, personalizada pelos “bilhetinhos” que eram entregues às redações com a recomendação dos assuntos que não deveriam ser publicados. O que havia, mostra o estudo, é a colaboração dos empresários com o Governo no sentido de desinformar e, com isso, evitar o exercício da cidadania.

33

A crítica de Smith é de não ter havido, por parte dos empresários de comunicação, uma reação à censura, consubstanciada, neste caso, na chamada autocensura, o que permitia, inclusive, ao governo negar a sua existência. Se nos foros internacionais o assunto era debatido, no Brasil, havia sobre ele um grande silêncio, até porque dizer que havia censura no país era um dos assuntos censurados. Demonstrando mais claramente a posição dos jornais, Beatriz Kushnir relata a situação da Folha de São Paulo e o depoimento que lhe deu o editor de então, jornalista Boris Casoy. A direção da empresa optou por

fazer o jogo do governo militar, recebendo as instruções do DPF acerca do que publicar.

Outro depoimento confirmatório do alinhamento dos padrões vem do jornalista Alberto Dines, então dirigindo o Jornal do Brasil. De acordo com Kushnir, Dines afirmou, a propósito dos 10 anos do AI 5 em 1978: (...) a direção me convocou para receber instruções. O Jornal do Brasil não pretendia opor-se a eles, causar qualquer problema. Então pediu licença à direção – longe dos censores evidentemente – para me conceder o direito de que pelo menos nesta primeira edição do Jornal do Brasil sob censura fosse registrada nossa resistência”. Efetivamente, no dia seguinte o Jornal do Brasil registrava, na previsão do tempo, que nuvens negras se aproximavam do país. Foi, mais, uma ação simbólica dos jornalistas.

34

No caso dos padrões, uma olhada nos arquivos do general Geisel é bem esclarecedor. Ao relatar a questão da censura decorrente da atuação do ministro Armando Falcão, Maria Celina D’Araújo afirma: “A censura ficaria toda centralizada no Ministério da Justiça, que faria reuniões secretas com os ministros militares e o SNI. Essas decisões foram aprovadas por Geisel. Ruy Mesquita, de acordo com o relato do ministro, não aceitava a censura, autocensura ou censor. Falcão acabou trocando o censor de O Estado de São Paulo por um “melhor e mais bem pago”, como compensação pelas barganhas de Mesquita. Enquanto isso, Roberto Marinho se prontificava a articular reunião com empresários para elogiar a política econômica do governo”.

Evidenciava-se, assim, não só o apoio dos empresários de comunicação – com raras exceções – ao regime

militar, mas a própria ação do governo no sentido de buscar este apoio, inclusive por meio de pressões, o que foi feito, por exemplo, com o Jornal do Brasil, pelo próprio Armando Falcão, que reclamou das críticas injustas feitas pelo jornal ao regime, o que foi feito em encontro com um dos proprietários do jornal, Nascimento Brito, que, antes, já havia se reunido com o ministro do Exército com a mesma finalidade.

Além da censura, o governo tinha outros meios de se impor às empresas de comunicação e, talvez aí esteja o verdadeiro sentido da colaboração. Um desses meios era o financeiro. Ao analisar a questão no seu trabalho, Anne-Marie Smith observa que considerando as baixas tiragens dos jornais brasileiros, as receitas vinham mais da publicidade que da venda dos exemplares. O padrão internacional era de 50% das receitas vinham da venda dos exemplares e os outros 50% de publicidade. No caso brasileiro, a publicidade era responsável por dois terços da receita das empresas jornalística e, em alguns casos, chegava próximo a 80% de todo o faturamento. Com isso, as empresas ficavam vulneráveis à ação do Governo e seu braço longo, colaborando, mesmo que obrigadas, para o controle da cidadania mediante o exercício da censura.

35

A estrutura de receita dos jornais os deixava dependente dos grandes anunciantes e vulneráveis à pressão do governo. “O que mais interessa no caso do Brasil foi o extraordinário peso da publicidade oficial na geração da receita dos jornais, a qual foi estimada em 15 a 30% da receita de muitos jornais importantes”, afirma Smith. Dessa forma, o governo podia exercer pressão sobre as

empresas, ameaçando-as com a retirada de publicidade. Podia, inclusive, agir no sentido de retirar a publicidade privada, já que as empresas privadas também dependiam do governo.

36 Ainda sobre a pressão contra empresas, é esclarecedor ver o que afirma Smith ao abordar a questão, relacionando-a com as empresas jornalísticas ou de mídia. Segundo ela, “tendo em vista a extensa atuação do Estado brasileiro nas empresas de todo tipo, inclusive jornalísticas, havia amplas oportunidades para a interferência do Estado nas finanças da imprensa: suspender a publicidade, negar empréstimos pelos bancos oficiais, recusar licença de importação de equipamentos ou papel de imprensa ou confisco de tiragens”. Estabelecia-se, assim, um ferrenho controle da informação, o que vinha ao encontro do desejo do regime, de mostrar somente o “lado bom” do país e, com isso, influenciando no exercício da crítica e da cidadania.

Havia, ainda, um outro fator a considerar e que envolve, novamente, o governo, que é a expansão das comunicações no Brasil, com a ampliação das estações de rádio e televisão, ambas as concessões do poder público. Como muitos dos grupos de mídia tinham interesse em concessões de rádio e televisão, o governo podia agir no sentido de obter a adesão dos empresários para a sua política e, dentre elas, estava a autocensura. Uma visão de como isso acontecia é dado pelos arquivos relativos ao Ministério da Comunicação no governo do general Geisel. O ministro Euclides Quandt de Oliveira, de acordo com estudo feito por Alzira Alves de Abreu, tinha como política “prestigiar os governadores dos estados”, o que

significava, no final, a concessão de canais aos grupos que estivessem alinhados ao regime, o que não era diferente para as empresas de mídia que queriam expandir sua atuação para a área de rádio e televisão.

Censura, de um lado, controle, do outro, e o aceno com a possibilidade de ampliação do negócio, o que para muitos aconteceu, fazia com que os empresários de comunicação se alinhassem ao governo e, com isso, ajudassem a reproduzir a ideologia dominante. Com o apoio – espontâneo ou forçado – da mídia o governo, ao mesmo tempo em que mascarava a realidade do país, se apresentava como o “salvador da pátria” e fazendo o que, mais adiante, iria beneficiar toda sociedade. O bloco de poder agia, neste sentido, para se tornar dominante e implantar sua ideologia, consolidando uma hegemonia sobre a sociedade brasileira, o que era feito, também, mediante a negação da cidadania, já que o espaço para a discussão, para a manifestação de idéias e de crítica era nenhum. 37

Com a censura – oficial ou oficiosa –, as concessões públicas de rádio e televisões, o volume de publicidade e, ainda, podendo usar a pressão econômica contra quem a ele não se alinhasse, o governo conseguia o controle da informação, divulgando o que queria e como queria. Com isso, evitava, de um lado, e diminuía, de outro, as críticas. Ao mesmo tempo controla o exercício da cidadania mediante a imposição do silêncio àqueles que, de alguma forma, discordavam do governo e de suas políticas.

UMA QUESTÃO DELICADA

Há, ainda em relação à censura e, como consequência, o controle da cidadania, uma última questão e ela envolve os jornalistas. Este é um tema delicado, pelo menos do

ponto de vista dos próprios jornalistas. Trata-se do apoio recebido pelo regime militar de jornalistas, alguns em posição de mando dentro das redações. Por ser assim, não existem muitos trabalhos sobre o assunto e quando se fala da censura, de um modo geral, o que aparece é a resistência dos jornalistas a ela, que foi real, mas que não envolveu todos os profissionais, como muito bem assinala Beatriz Kushnir.

38

Anne-Marie Smith ao comentar o alinhamento dos padrões ao regime vai um pouco além e afirma: “Ao fazer o jogo de um regime poderoso, era possível aproveitar as vantagens de muitos negócios e oportunidades profissionais, inclusive acesso mais fácil a empréstimos bancários, licenças de transmissão, contratos de anúncio de órgãos oficiais, empregos como assessores de imprensa e acesso a notícias. Poucos jornalistas assumem tal posição quanto a si mesmos, porém muitos mais estão prontos a atribuí-la à imprensa em geral e aos donos dos jornais em particular”.

O que vemos, no final, é o fechamento de um esquema que começa na censura oficial, passa pela concordância dos padrões e chega à colaboração dos jornalistas, tudo no sentido de falsear a realidade, divulgando somente o que o governo queria que fosse divulgado. Ao mesmo tempo, impunha-se o silêncio aos críticos do

regime e evitava-se, com isso, o pleno exercício da cidadania. Quem era contra o governo ou dele discordava tinha que arranjar outro meio de se manifestar, o que acabou acontecendo no desenvolvimento dos movimentos sociais e na imprensa alternativa, que passou a exercer o papel crítico do regime cívico-militar.

É nesse sentido que agem as comunidades eclesiais de base, vinculadas à Igreja Católica, e movimentos sindicais e populares. O que eles faziam, no entanto, só veio a ser do conhecimento do grande público depois da queda da ditadura, já que não tinham espaço na mídia que se submetida à censura oficial e à não oficial, de patrões e jornalistas. Um caso emblemático de colaboração é o da Folha da Tarde, de São Paulo. Pelas observações de Kushnir, vê-se que é um caso extremado, mas ele serve para colocar luz sobre uma das questões que está a merecer maior atenção dos estudiosos, que é exatamente identificar qual papel parte dos jornalistas desempenhou durante o regime cívico militar.

39

Dos que estavam na oposição, na imprensa alternativa, tem-se uma boa visão, com várias obras tendo sido dedicadas à trajetória de jornais como Opinião, Movimento e Pasquim, dentre outros. Há, inclusive, o estudo indispensável de Bernardo Kucinski sobre a trajetória da imprensa alternativa. Quando à grande mídia, o que temos, com exceção de Kushnir e de algumas outras manifestações, é o silêncio.

O estudo de Beatriz Kushnir toca em uma ferida que marcou fundo o mundo dos jornalistas, obrigados a conviver, por anos a fio, com a censura, tenha sido ela exercida pelos patrões ou pelo regime. É possível que a

colaboração apontada por Beatriz Kushnir tenha envolvido, também, outros jornais e jornalistas. Não há, contudo, literatura disponível que permita uma visão mais acurada do problema e, com isso, torna-se difícil ir além do que ela própria aponta. O que fica – e a afirmação decorre das questões levantadas nas reflexões de Kushnir e Smith – é a constatação que houve, dentro das redações, jornalistas que se alinharam ao regime, apoiando-o, aliás, como foi feito na própria sociedade civil, de um modo geral. Exercitavam, neste caso, o papel de controle da informação e, como consequência dela, o do controle da cidadania.

40 Se fica demonstrado, de modo claro, que houve, de parte da censura, uma ação de Estado cujo objetivo era o de silenciar a imprensa, fazendo com que reproduzisse o que o bloco de poder achava conveniente para o país e evitando o exercício da cidadania, resta demonstrado, também, que houve a colaboração na difusão da ideologia da “utopia autoritária” pelos empresários, donos de jornais e da mídia.

O alinhamento – e a colaboração para o controle da cidadania – pode ter se dado tanto pelo pragmatismo, que significava facilidades, maior volume de publicidade, crédito mais fácil e até possibilidade de expansão, ou por pressões do poder, que dispunha de vários instrumentos para forçar a adesão dos empresários de comunicação. Pode-se, ainda, ter acontecido pela vontade de agradar o poder, como foi o caso do empresário Sílvio Santos, conforme nos relata Maria Celina D’Araújo no estudo que faz dos arquivos do presidente Ernesto Geisel quando se refere ao Ministério da Justiça.

Da censura como política do Estado indo à adesão e apoio dos patrões, chegamos ao lado dos jornalistas e, como fica claro do estudo de Beatriz Kushnir, também entre eles o regime encontrou apoio. Em alguns casos, este apoio chegou à colaboração, como é o caso da Folha da Tarde, em São Paulo, e de um grupo de profissionais que nela atuava, muitos dos quais eram, também, policiais. Fecha-se, assim, o ciclo das iniciativas do bloco de poder para controlar a opinião pública, impedir críticas e impor sua ideologia à sociedade civil, como um todo, o que pode significar, também, o desejo de moldar a cidadania, fazendo dela apenas um reflexo da ideologia do poder.

Usando a repressão, a censura e valendo-se do apoio e colaboração da mídia, o bloco que controlava o poder durante o regime cívico-militar buscou, sempre, legitimar-se e construir uma nova hegemonia, o que lhes garantiria continuar no poder, senão no prosclênio, exercendo-o atrás das cortinas. E queriam fazer isso mostrando um país sem problemas, onde os cidadãos eram meros coadjuvantes, conforme nos mostra Carlos Fico ao falar da publicidade oficial.

41

Toda discussão relativa à censura – externa, dos patrões e interna – nos remete, no final, à própria concepção do jornalismo, que está firmemente ancorado em princípios que prezam a verdade e a lealdade para com os cidadãos, o que se personifica em apuração bem feita e independência em relação às fontes, com atenção à crítica e levando-se em consideração a relevância da informação, contribuindo para o exercício da cidadania, mediante a divulgação do que está acontecendo, seja de

bom ou de mau.

São princípios que, durante o regime cívico-militar, não puderam ser exercitados, fruto do imenso aparato de controle de informação existente no país. Por tudo isso é que o general Emílio Garrastazu Médici, quando na presidência da República, dizia que gostava de assistir ao Jornal Nacional, da Rede Globo, para ver como o país ia bem e tranquilo. Piada ou não, isso dá bem a dimensão da atuação da censura durante o regime militar e mostra a que ponto chegou o controle da cidadania no Brasil.

42

O que fica evidente, fazendo-se o percurso histórico de Portugal ao moderno Brasil, é que a censura, nos primeiros anos e, depois, mais adiante, sempre atuou como o objetivo de, ao evitar a disseminação de informações, controlar, também, o exercício da cidadania, normalmente associado à crítica de uma determinada situação ou posição. A esfera pública, como a entende Zygmunt Baumann, ficou restrita, nela só podendo se manifestar um lado, ao mesmo tempo em que ressalta o caráter público, pertencente à sociedade e não ao poder, que ela deve tomar.

Ressalte-se, por outro lado, - aliás, como já dito acima - que ao mesmo tempo em que o país, pelo menos em relação aos anos do regime cívico-militar, vivia sob a égide de um rígido controle de informação e, portanto, do controle da cidadania, os movimentos sociais floresciam, disseminavam um novo tipo de ação e promoviam a conscientização de amplos segmentos da sociedade, o que acabou resultando no clamor pela redemocratização do país e pela interrupção do regime autoritário. Igreja, sindicatos, associações de moradores, associações de do-

nas de casa, associações civis como Ordem dos Advogados do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa, para citar apenas duas delas, encarnaram o espírito público da época, como a vê Baumann, e cuidaram de levantar os problemas do país, mostrando que não havia, como dizia o governo, um mar de rosas, mas que vivíamos e vivenciávamos também problemas.

Ao lado do exercício da cidadania, que foi se ampliando à medida que houve arrefecimento dos controles, despontou, do lado da política, uma outra ponta do iceberg, que foi a construção, no país, de uma nova hegemonia. Tomando-se como base o pensador italiano Antonio Gramsci podemos afirmar que a partir de uma guerra de posições, configurada, em primeiro lugar, como uma luta contra hegemonia, buscou-se a construção de uma nova hegemonia e, nela, a ampliação do espaço da cidadania, refletido na liberdade de imprensa, de pensamento e de manifestação.

43

O que resta demonstrado, ao final, é que, no Brasil, desde antes de se tornar um país independente, a censura sempre funcionou como controle da cidadania, tomando desde o cunho do controle religioso ao político. O objetivo final, no entanto, era subjugar o cidadão ao poder, impedir sua manifestação e sobrepor a ele a ideologia dominante, na maioria das vezes decorrentes de um regime autoritário, cujos líderes se viam como salvadores da pátria e os únicos capazes de saber o que era bom para o Brasil.

O que fica evidente, também, é que a censura, desde o seu início, funcionou como impedimento ao exercício da cidadania. Ao restringir a divulgação de informações,

impedir a livre circulação de idéias, bloquear manifestações e negar espaço às críticas e discussões, a censura coloca o cidadão no escuro, impedindo-o de conhecer a realidade do país, seus problemas e de discuti-los, buscando uma mudança de situação. Estas medidas foram tomadas ao longo de toda a história brasileira, como mostra a literatura sobre o assunto, mas não impediu, por outro lado, que os cidadãos achassem novos caminhos de construção da cidadania. No caso do regime cívico-militar, estes caminhos acabaram levando-o ao fim e ao retorno da democracia neoliberal.

Bibliografia

44

Aarão Reis, Daniel. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001.

Abreu, Alzira Alves de. As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel, in Castro, Celso e D'Araújo, Maria Celina. Dossiê Geisel. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3a edição,

Aquino, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978). São Paulo, Edusc, 1999.

Baumann, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

Berg, Creusa. Mecanismos de silêncio – Expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984), São Carlos, SP, Edufscar, 2002.

Capelato, Maria Helena e Prado, Maria Lígia. O bravo matutino – imprensa e ideologia no jornal O Estado de

São Paulo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

Carneiro, Maria Luiza Tucci. O mito da conspiração judaica e as utopias de uma comunidade, in Carneiro, Maria Luiza Tucci (Org). Minorias silenciadas. São Paulo, Edusp, 2002.

Costela, Antonio F. O controle da informação no Brasil. Petrópolis, RJ, Vozes, 1970.

Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, LP&M, 1981.

D'Araújo, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição, in Castro, Celso e D'Araújo, Maria Celina (Orgs). Dossiê Geisel. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002, 3ª edição.

Della Cava, Ralph. A igreja e a abertura 1974-1985, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

45

Dreifuss, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.

Fico, Carlos. Além do golpe. Rio de Janeiro, Record, 2004,

Fico, Carlos. Reinventando o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

Gramsci, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, sd.

Keck, Margaret. O “novo sindicalismo” na transição brasileira, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o

Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Kovach, Bill e Rosenstiel, Tom. Elementos do jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo, Geração Editorial, 2003.

Kucinski, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002.

Kucinsky, Bernardo. Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil 1964-1980. São Paulo, Edusp, 2003

Kunczik, Michael. Conceitos de jornalismo – Norte e Sul. São Paulo, Edusp, 2a Ed., 2002.

46 Kushnir, Beatriz. Cães de guarda. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, 2004.

Lamounier, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Maia, Maurício. Censura, um processo de ação e reação, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil. São Paulo, Edusp, 2002.

Mainwaring, Scott. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu, in Stepan Alfred (Org). Democratizando o Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Martino, Luiz Mauro Sá. Mídia e poder simbólico.

São Paulo, Paulus, 2003.

Martins, Ana Luiza. Sob o signo da censura, in Carneiro, Maria Luiza Tucci (Org). *Minorias silenciadas*. São Paulo, Edusp, 2002, p. 156

Marx, Karl. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre, LP&M, 1980.

Mathias, Suzely Kalil. *Distensão no Brasil – O projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP, Papirus, 1995.

Medina, Cremilda. *As múltiplas face da censura in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*, São Paulo, Edusp, 2002.

Melo, José Marques de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973.

47

Motter, Maria Lourdes. *Ficção e história – Imprensa e construção da realidade*. São Paulo, Arte e Ciência, 2001.

Neves, Lúcia Maria Bastos P. Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823), in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002.

Novinsky, Anita. Os regimes totalitários e a censura, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002.

Oliveira, Eliezer R. De. *As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1976.

Reis Filho, Daniel Aarão. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002.

Schlesener, Anita Helena. *Revolução cultural em Gramsci*. Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

Schlesinger, Philip. Os jornalistas e sua máquina do tempo in Traquina, Néelson (Org). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Lisboa, Vega, 2a Ed., 1999.

Schwartzman, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

Silva, Hélio. 1964: Golpe ou contragolpe?. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

48 Simões, Inimá Ferreira. A censura cinematográfica no Brasil, in Carneiro, Maria Tereza Tucci (Org). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002.

Skidmore, Thomas. A lenta via brasileira para a democratização, in Stepan Alfred (Org). *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Skidmore, Thomas. De Castello a Trancredo. São Paulo, Paz e Terra, 2004, 8ª edição.

Smith, Anne-Marie. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGB, 1997.

Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa Brasileira. História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 2a Ed., 1977, 2a edição.

Sodré, Nélson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 2 Ed., 1977.

Stepan, Alfred (Org). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Traquina, Nélson. O poder do jornalismo. Análise de textos da Teoria do Agendamento. Coimbra, Minerva, 2000.

Traquina, Nélson. O que é jornalismo. Lisboa, Quimera, 2002.

Travancas, Isabel Siqueira. O mundo dos jornalistas. São Paulo, Summus Editorial, 1992.

Villalta, Luiz Carlos. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial, in Carneiro, Maria Luiza Tucci (Org). Minorias silenciadas. São Paulo, Edusp, 2002.

49





Ideias e reflexões sobre temas da atualidade

2

GRAMSCI

JORNAIS E INTELECUAIS



“Odeio os indiferentes. Acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir apenas homens, estranhos à cidade. Quem de verdade existe e vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, é covardia!!! Não é vida. A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador. É a matéria que se afogam frequentemente os entusiasmos mais esplendoresos. É o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor que seus guerreiros. Odeio os indiferentes também porque me provocam tédio as suas lamúrias de eternos inocentes. Peço conta a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe cotidianamente, do que fizeram e sobretudo do que não fizeram. E sinto que posso ser inexorável, que não devo desperdiçar minha compaixão, que não posso repartir com eles minhas lágrimas. Sou cidadão, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura, que estamos a construir”.

53

Antonio Gramsci
La Città Futura
26-09-1926



A QUESTÃO DOS INTELECTUAIS

A discussão sobre os intelectuais e sobre que papel eles devem exercer na sociedade, não é nova. Como lembra Norberto Bobbio.

“Ao menos desde A República de Platão os filósofos sempre se ocuparam e se preocuparam, ainda que sob denominações diversas, com o que fazem ou devem fazer os filósofos, isto é, eles próprios, na sociedade, com a influência que têm ou deveriam ter nas relações sociais (...)”.

55

O que ocorreu com Platão se repete, depois, em Kant, da mesma forma que havia ocorrido com quem precedera Kant, como é o caso de Aristóteles, perpassando séculos e desembocando na modernidade, com a acentuação da discussão sobre os intelectuais e seu papel sendo maximizado a partir do início do século XX. “O tema é antigo e perene porque, bem vistas as coisas, ele nada mais é do que um aspecto de um dos problemas centrais da filosofia, o da relação entre teoria e práxis”, afirma Bobbio.

Este assunto preocupa também Peter Burke. Ao desenvolver a história social do conhecimento, ele perpassa a questão, mostrando que o intelectual, embora o termo seja novo, existia, no Ocidente e no Oriente, não tendo, conforme entende Jacques Le Goff, sua existência afirmada a partir da Idade Média e da divisão do trabalho.

Burke admite que a ascensão do intelectual enquanto grupo se deu, efetivamente, a partir do final do século XIX, proporcionado por todo um debate na França sobre a condenação do capitão Dreyfuss.

Discorrendo sobre o assunto, Burke afirma:

“Uma visão comum sobre os intelectuais de hoje é que eles são descendentes da *intelligentzia* radical do século XIX, que são descendentes dos *philosophes* do Iluminismo, que são uma versão secular do clero protestante, ou descendentes dos humanistas do renascimento”.

56 O próprio Burke, no entanto, lembra Foucault para discorrer sobre a necessidade de se ver a história do conhecimento e, por consequência, dos próprios intelectuais, não como uma continuidade, mas como momentos, falando-se, neste caso, de conjunturas específicas e retirando da análise o “presentismo”, que, novamente fazer coro a Foucault, critica. De qualquer forma, marca a questão dos intelectuais não como algo surgido há pouco, mas vendo-a como uma questão de longa duração, que pode não ser contínua e linear, mas apresenta-se em vários momentos históricos. É nesse sentido que relata a marcada ação dos intelectuais no mundo islâmico, citando como exemplo os *ulemás*, que tinham, sobretudo, funções de ensino. No caso do islamismo um dos exemplos marcantes de intelectuais é o de Ibn Saud, conhecido no Ocidente como Avicena, considerado um dos precursores da medicina moderna.

Para confirmar sua afirmação da permanência da questão dos intelectuais, Burke os vê na corte do imperador chinês, onde exerciam tarefas de controle. São os *shen shi*, que angariaram muito poder, exatamente por

interpretar a vontade de quem, para os seus súditos, era um deus.

Diferentemente de Bobbio e Burke, Jacques Le Goff, um dos mais aclamados historiadores franceses, situa a gênese dos intelectuais na Idade Média. Ao explicar o próprio termo intelectual, Le Goff afirma:

“Entre tantas palavras: eruditos, doutos, clérigos, pensadores (a terminologia do mundo do pensamento sobre foi vaga), essa designa um meio de contornos bem definidos: o dos mestres de escola. (...) Designa aquele cujo ofício é pensar e ensinar seu pensamento. Essa aliança da reflexão pessoal e da sua difusão num ensino caracterizava o intelectual”.

É esta caracterização de Le Goff que temos presente, marcando o trabalho intelectual como o de alguém que pensa e que transmite, ou ensina, o que pensa. O autor reconhece, na linha de Burke e de Bobbio, que havia, antes do que estabeleceu como intelectual, o que chama de trabalho de espírito, mas insiste em que, marcadamente, o intelectual pode ser reconhecido pelo seu ofício, que é pensar.

57

A caracterização do intelectual que Le Goff foi buscar na Idade Média, constituindo-os como categoria é o que vimos, ainda, no início do século XX quando Antonio Gramsci, após ampla militância política, seria preso e confinado pelo regime fascista de Mussolini, com o objetivo precípua de o impedir de pensar, o que, evidentemente, não aconteceu. Sua prisão, na verdade, acabou funcionando como estímulo a todo o seu pensamento e elaboração crítica, com a criação de modelos de análise que são mais atuais do que nunca.

Compreendida a permanência da questão intelectual que, como observam Bobbio, Burke e Le Goff, não é recente, é preciso, antes de discutir a questão afeita a Gramsci e ao que ele refletiu sobre os intelectuais, situar – outra recomendação feita por ele – o momento histórico e a conjuntura em que sua reflexão ocorreu.

PARTICIPAR OU SE ENCASTELAR

58

A passagem do século XIX para o século XX trouxe com ela uma série de novas questões, começando por uma grande guerra que, na época, envolveu toda a Europa e gerou, quando terminada, uma ampla discussão. Nela, envolveram-se, também, os intelectuais. Ao mesmo tempo, o fim da guerra trouxe, para o mundo, a novidade da Revolução Russa, com a tomada de poder pelos bolcheviques, constituindo-se no primeiro regime marxista da história. Ao lado disso, a Europa, notadamente nos países centrais, viu o desenvolvimento dos partidos de massa, como na Itália, com Mussolini, e Hitler, na Alemanha, que ganharam uma feição totalitária, usando a democracia parlamentar para chegar ao poder e, a partir daí, se impor sobre os dois países e sua população, parte da qual os havia apoiado.

Este contexto, de exaltação, de um lado, e desânimo, do outro, é ressaltado por Milton Lahuerta, que o julga importante para situar o pensamento de Gramsci. O aspecto de desânimo, de acordo com Lahuerta, se dava porque o caminho humanista nascido com a iluminação havia tomado um outro rumo. O totalitarismo, de

um lado, e o liberalismo, de outro, faziam com que os intelectuais não vissem muitas saídas, proporcionando toda uma discussão sobre participação na vida política ou o encastelamento. Neste panorama, a vitória de Lênin e dos menos favorecidos na Rússia foram vistos como caminho para a transformação da Europa, que poderia ganhar regimes e políticas diferentes.

Há, em relação à época em que Gramsci, no cárcere, falava dos intelectuais, um amplo debate na Europa sobre o papel que eles deveriam exercer, o que é bem ilustrado por Bobbio ao relatar as posições – e as preocupações – de nomes consagrados como Julien Benda, Karl Mannheim, Ortega y Gasset e do próprio Gramsci. Toda a discussão girava sobre se o intelectual devia ou não tomar partido, tornar-se participante, integrando-se ao movimento social e ajudando na transformação da sociedade. Benda, Mannheim e Ortega y Gasset, como observa Bobbio, eram contra a participação política do intelectual. Gramsci, que na prisão refletia sobre o tema, tinha posição diferente, afirmando que o papel do intelectual é envolver-se, transformando-se em orgânico e, com isso, contribuindo para a mudança. 59

A discussão era pertinente para a época, pois o que se via, como observou o próprio Gramsci, era o intelectual apartado do social, agindo de forma autônoma e sem nenhuma ligação com a militância política. Uma boa parcela dos intelectuais adotou este comportamento, mas o próprio clima vivido pela Europa, sobretudo com a ascensão do nazismo, na Alemanha, e do Fascismo, na Itália, fez com que, de um lado, a indiferença para com o real aumentasse, mas, de outro, acabou por tirar impor-

tantes intelectuais do imobilismo, levando-os a tomarem partido. É nesse contexto que ampliou-se o apoio ao socialismo, até como forma de opor-se ao nazifascismo, que era uma opção, desde então, enxergada como o pior caminho a se seguir.

É nesta oposição, que coloca de um lado, o nazifascismo, e do outro os que se lhe opõem, que Gramsci desenvolve o seu pensamento. Alinha-se, então, à corrente que defende a ação dos intelectuais vinculados à sua realidade, defendendo valores, não interesses. É exatamente o que Gramsci irá fazer, formulando um novo entendimento para quem é intelectual e para o trabalho que os chamados intelectuais devem exercer. Se o intelectual deve ser atuante, justifica-se, então, a posição de Gramsci que diz odiar os indiferentes.

60

O caminho da participação, que Gramsci tomou, não foi percorrido por ele sozinho. Em toda a Europa os intelectuais, até por serem premidos pela realidade, tomaram partido, agiram, atuaram. Em alguns casos, até os que defendiam a neutralidade, acabaram por tomar partido e, outros, que não o fizeram, mais tarde lamentaram não tê-lo feito. Só que Gramsci fez muito mais do que defender o engajamento intelectual. Ele acabou formulando um modelo, construindo um método que, a partir de então, tirou os intelectuais de trás das cortinas e os colocou no proscênio da ação política. Gramsci deu ao intelectual uma outra dimensão, constituiu-o em objeto de análise e de pesquisa, fazendo com que, desde então, não mais se separe pensamento e ação, pois, na formulação gramsciana, o primeiro só é válido quando casado com o segundo.

É a partir dessa nova premissa que podemos, nos dias

atuais, voltar a discutir o papel dos intelectuais usando a formulação de Gramsci, chegando à ação por eles adotadas hoje e mostrando como podem – e devem – participar da vida política. A reflexão permite, ainda, casar alguns dos princípios pregados por Gramsci, quando faz a tipologia do intelectual e define seu papel, ao trabalho desenvolvido pelo jornal Posição, que circulou no Espírito Santo, durante a ditadura militar e que, conforme iremos demonstrar, agiu no sentido defendido pelo teórico italiano, trabalhando no sentido de promover a transformação da sociedade através da busca pela democracia.

A FORMULAÇÃO DE GRAMSCI

Quem são os intelectuais? Qual é o papel dos intelectuais? Existem categorias de intelectuais? Qual é a sua origem e formação?

61

Estas são apenas algumas das perguntas que Gramsci procurou responder. E começou com um conceito revolucionário ao dizer, conforme lembra Carlos Nelson Coutinho, que “todos os homens são intelectuais”. O que acontece é que nem todos exercem a função de intelectual. É nesse sentido que o empresário pode ser chamado de intelectual, já que se especializou em uma área e, ao atuar no dia-a-dia nesta sua área de especialização, pode acabar por exercer um papel intelectual, ensinando ou procurando até transformar a atividade que exerce.

Saímos, então, do conceito de intelectual como homem de letras e ganhamos, na formulação de Gramsci, o

conceito de intelectual como quem age. É na ação, efetivamente, que se dá o trabalho intelectual. E é esta ação que transforma o intelectual em orgânico. Ademais, os intelectuais, ao contrário do que dizem os que antecedem Gramsci, não são autônomos e, tampouco, independentes dos grupos dominantes. Eles são, na verdade, “instrumentos para o exercício da hegemonia social e governo político”, daí o trabalho que fazem de traduzir o consenso das massas em orientação social.

62 O que Gramsci fez foi ampliar a ação do intelectual, pensando-o de forma diferente e lhe dando um caráter de formulador que, antes, ninguém havia pensado. O intelectual surgido da formulação de Gramsci é absolutamente original, pois não guarda nenhum traço do que, antes, se pensava dele: um homem reflexivo, que procurava, de longe, explicar o mundo, não transformá-lo. Estava criado o intelectual orgânico, o que age, que atua, participa, ensina, organiza e conduz, enfim, se imiscui e ajuda na construção de uma nova cultura, de uma nova visão de mundo, uma nova hegemonia. E este intelectual nascia em contraposição àquele que está afeito apenas à formulação teórica, mas não tem qualquer aproximação com o empírico. O que Gramsci nos ensinou é que a teoria só tem sentido quanto é testada na prática, daí, por exemplo, a sua profunda reflexão sobre o porquê do fracasso da revolução socialista no Ocidente.

Há, ainda, por destacar nesta nova formulação o seu valor revolucionário, já que Gramsci, ao afirmar que todos somos intelectuais, acaba com uma pretensa divisão do trabalho, mostrando que o intelectual é também um trabalhador e, como ele, está sujeito à venda da única

mercadoria que possui, que é o seu próprio trabalho de pensar e de ensinar. Ao mesmo tempo em que amplia a ação do intelectual, Gramsci o recoloca junto de uma classe, ligando-o a ela e diferenciando-o apenas em função das tarefas que irá exercer. Neste sentido, o trabalho intelectual não existe por si só, mas é uma função que se exerce no dia-a-dia, na organização, na difusão de idéias e na ação.

Olhando o intelectual dentro do conceito ampliado, Gramsci pode dizer que “cada grupo social (...) cria para si, ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e a consciência da própria função” e é neste momento que Gramsci explica que os camponeses italianos, por não possuírem seus intelectuais orgânicos, acabam sem uma identificação de classe e, por isso, ligada às classes

63

hegemônicas. Reforçando a classificação de que não existem não intelectuais, Gramsci comenta:

“Na verdade, o operário ou o proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (...) em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” .

Daí Gramsci afirmar, em seguida, que todo homem é um intelectual, mas nem todos desempenham esta função na sociedade. A distinção entre um e outro é, nada mais, nada menos, que uma referência à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais. “Em suma,

todo homem, fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer”, afirma, reforçando sua assertiva. A partir desta constatação, o que Gramsci busca é a criação de uma “nova camada intelectual”, o que ele chama de elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um de nós.

64 Identificado que todos somos intelectuais, embora, às vezes, não exerçamos este papel, Gramsci começa a traçar o perfil do intelectual orgânico fazendo, em primeiro lugar, a sua contraposição ao intelectual tradicional, que chama de vulgarizado, e que tem o seu protótipo no literato, no filósofo e no artista. Um exemplo deste tipo de intelectual é, na acepção de Gramsci, o jornalista, que se julga, literato, filósofo e intelectual. Mas o jornalista pode, também, exercer um papel orgânico ao contribuir para a mudança da sociedade ou, mesmo, para a manutenção da hegemonia vigente.

Diante dessas formulações podemos responder à primeira questão, dizendo que intelectuais todos são, mas que há uma hierarquia entre eles, começando por quem é orgânico e está intimamente ligado ao trabalho de construção de uma nova visão de mundo, que se contrapõe ao intelectual tradicional, que é desligado de sua classe e se julga autônomo em relação à sociedade civil.

Ao intelectual que se encastela, que olha o mundo de cima, Gramsci propõe o intelectual que pensa e age. Mas nada melhor do que suas próprias palavras:

“O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador,

“persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista da história, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente” (especialista mais político)”

Como se vê, Gramsci começa a apontar para a segunda pergunta deste tópico, dando início ao traçado do que deve ser o papel do intelectual. E é a partir deste ponto, e com base no estudo da situação da Itália, que avança, estabelecendo uma nova tipologia para o intelectual e o papel que ele deve – e não pode – desempenhar na sociedade. Um dos papéis é ligar os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum e visando a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em ideologia hegemônica, unindo, assim, a sociedade em torno de um objetivo político. Como toda interpretação de Gramsci se prende ao político, é para a política que o intelectual deve se voltar. E no caso do intelectual orgânico, seu principal papel é de organizador, ao que deve seguir o dirigente e o educador. As funções, aliás, se realizam juntas, dando ao intelectual um papel político qualificado e tornando-o em vanguarda, não no sentido de ir à frente, mas de preparar a sociedade, através de criação de uma nova visão de mundo, para as mudanças necessárias no Estado e na política.

65

Gramsci explica:

“Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da

base estrutural para cima). Por enquanto pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “justo” .

66 Nessa nova ótica, o intelectual é o “comissário” do grupo dominante, ficando responsável, em primeiro lugar, pela criação do consenso que vai unir a sociedade e, em segundo, pela construção do aparato de coerção estatal, justificando-a. O novo papel do intelectual, por isso mesmo, insere-se na ampliação do conceito proposto por Gramsci, não deixando, ainda, de considerar que há uma divisão do trabalho intelectual e, como consequência, uma gradação de qualificação, partindo, dessa divisão e hierarquização, sua analogia com a organização militar, que é piramidal, com linha de comando e divisão de tarefas.

A tarefa final do intelectual seria, mesmo, a de criação e organização de uma cultura, contribuindo para o surgimento e consolidação de uma ideologia, que vai, conforme afirma o próprio Gramsci, perpassar toda a sociedade, dando-lhe solidez e fazendo com que haja, por parte do grupo de comando, hegemonia. Em relação à organização da cultura, Carlos Néelson Coutinho lembra que, expressamente, Gramsci não falou sobre o tema quando desenvolveu o seu conceito de intelectual e traçou para eles o papel que deveriam desempenhar. Considera, no entanto, que isto é evidente, uma vez que o principal ob-

jetivo de Gramsci era político e a política, como tal, faz parte da cultura, o que leva ao seu desenvolvimento para que possa se tornar hegemônica.

Baseando-se no que disse Coutinho, pode-se avançar e ver nesta função dos intelectuais o papel que Gramsci para eles reserva dentro do partido, dizendo que nada é mais exato do que considerar que todos os membros de um partido devam ser intelectuais, o que o leva a pensar no partido como intelectual coletivo.

Constatado, como já o fizemos, quem são os intelectuais e qual o papel que exercem na sociedade, é preciso responder se existem categorias de intelectuais. Gramsci afirma que sim e começa por dividi-las em duas. De um lado, coloca os intelectuais tradicionais, que agem como literatos, olham a realidade de longe e não se envolvem com a mudança, embora, com suas formulações, ajudem a consolidar a ideologia dominante, criando, com o seu uso e a agregação do senso comum, uma visão de mundo que gera o consenso e solidifica a sociedade.

67

Ao intelectual tradicional, Gramsci contrapõe o orgânico, que se envolve, que participa, que está ligado à sua classe, a um segmento da sociedade, que age politicamente e que, assim, ajuda na mudança, criando uma nova cultura de onde vai derivar uma nova ideologia, uma nova visão de mundo e, por conseguinte, um novo grupo hegemônico. A construção de Gramsci, não é preciso lembrar, dizia que este novo grupo era o proletariado, que deveria travar uma guerra de posições com a burguesia, conseguindo aliados e, com eles, conquistando o poder para, então, fazer-se hegemônico.

Voltando à questão, Gramsci alinha, tomando como

base o desenvolvimento histórico, algumas categorias de intelectuais: aristocracia togada, administradores, cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, todos eles colocados, de certa forma, como coadjuvantes da grande categoria de intelectuais que são os eclesiásticos, responsáveis pela visão de mundo proporcionada pelo cristianismo, que se espalhou para o mundo todo e deu unidade à civilização ocidental, o que Gramsci considera uma ação orgânica. A estas “velhas” categorias, ele acrescenta uma nova, a do intelectual orgânico, aqui já tipificado, inclusive por suas ações.

68 A análise de situação feita por Gramsci é concluída quando mostra como são formados os intelectuais e de onde eles vêm. Como parte da sociedade, eles podem tanto ser urbanos como rurais. Gramsci aliás observa que boa parte dos intelectuais agregados aos grupos hegemônicos vem do meio rural, mas não se sentem ligados à sua classe, usando sua ação para a reprodução da dominação, não para mudá-la. Os intelectuais urbanos são mais standartizados, mais afeitos a determinados padrões, enquanto os rurais são mais tradicionais. Nisso, Gramsci vê o reflexo da própria dinâmica da sociedade, com o meio rural mais conservador do que a cidade. A tipologia, no entanto, acaba por retomar, como lembra Cerqueira Filho, à classificação dual que Gramsci fornece dos intelectuais, que como vimos, podem ser tradicionais ou orgânicos, distinguindo-se, um do outro pela ação. Aliás, pode-se lembrar que Gramsci, por ser marxista, trabalha sempre com um processo dialético, que é dual, o que o leva a pensar em oposições e em circularidades, já que, conforme frisaré em outro momento, a construção começa, mesmo, no início da destruição.

Tanto os intelectuais tradicionais, quanto os orgânicos podem vir dos mesmos segmentos, isto é, das áreas urbana ou rural. Sua formação inicial é a escola, que Gramsci considera, o instrumento para elaborar o intelectual de diversos níveis. A escola fornece o ferramental básico, que terá de ser desenvolvido, coisa que o próprio Gramsci fez, valendo-se de leituras e aprendendo na sua própria ação. A partir daí, o intelectual orgânico, pode-se dizer, se constrói na sua atividade, ensinando, mas aprendendo, agindo, mas observando, enfim, vivenciando uma realidade e ajudando na sua transformação, com o objetivo de se conseguir uma nova realidade.

É por isso que Gramsci, valendo-se da hierarquização entre intelectuais, coloca os professores e jornalistas – que havia criticado antes, dizendo serem pretensos intelectuais – em um primeiro nível de organicidade. E isto se dá por serem, os dois, instrumentos de ensino, em primeiro lugar, e de mudança, com o ensino marcando, mais ainda, a função do professor, que se transforma em um formador de novos intelectuais e, com isso, pode contribuir para que os formados sejam orgânicos, não tradicionais.

69

Olhando-se a questão sob a ótica da interpretação dada por Carlos Néelson Coutinho, podemos pegar as perguntas iniciais e respondê-las, definindo o intelectual sob uma forma geral e uma particular. Na primeira, ele é resultado de relações entre classes. Na segunda, de relações sociais de produção, podendo ser ligados às suas classes de origem ou aderirem a uma outra classe, autônomo na sua ação, mas vinculado às suas funções e às contradições concretas da sociedade. Não se pode com-

parar a autonomia antevista por Gramsci à autonomia dos intelectuais tradicionais, que não estavam ligados por origem ou por adesão a uma classe. Eles se consideravam acima de classes e não tinham um sentido de pertencimento, a não ser em relação ao grupo hegemônico, para quem exerciam o seu papel, consolidando, como já dito, a sua ideologia. Gramsci cita Benedetto Croce como um exemplo perfeito deste tipo de intelectual.

A posição de Gramsci fica cristalina se olhada a análise feita por José Luís Bendicho Beired:

70

“Pode-se concluir então que: a) a atividade intelectual deve ser analisada no conjunto das classes sociais em que ela é desenvolvida; b) o intelectual é um agente socialmente determinado; e c) os intelectuais distinguem-se por desempenharem certas funções quer nos processos de reprodução quer nos de transformação da ordem social”.

E é o próprio Bendicho Beired quem afirma que a análise de Gramsci se centra na demonstração do papel – conservador ou transformador – do intelectual como figura “que organiza a cultura e os homens; que articula o centro do aparelho estatal do poder com o restante do corpo social; e que ao produzir ideologias fornece consciência e homogeneidade às classes que representa”.

O que Gramsci propõe, no final, é uma mudança no intelectual, que deixa de ser tradicional para se transformar em orgânico. Nele, como no próprio Gramsci, não há lugar para o pessimismo, para o desânimo. Este novo intelectual se distingue pela especialização técnica, pelo trabalho coletivo, por uma disciplina no trabalho. São eles os responsáveis pelo nexos teoria-prática, pelo encon-

tro entre elites e povo ou, dizendo em outras palavras, pela criação da vontade nacional-popular.

A QUESTÃO DO JORNALISMO

Ao lado de toda uma reflexão sobre os intelectuais e o papel que devem representar na sociedade, Gramsci se debruçou, também, sobre um ofício que ele dominou, que é o jornalismo. Olhando-se a questão dos dias de hoje e tomando-se por base as teorias contemporâneas sobre o assunto, o que se vê é a atualidade do pensamento gramsciano, que se mantém atualizado quando relaciona procedimentos e formas de se desenvolver o que se pode considerar um bom jornalismo e o poder de transformação que a mídia possui e como deve exercê-lo.

71

O que Gramsci pontua sobre conteúdo e forma, descontando-se o tempo de suas formulações, também podem ser considerados pertinentes, pelo menos nos princípios que recomenda. O que difere a apreciação do teórico italiano do desdobramento que se deu, ao longo dos anos, na área jornalística, é o fato de, desde o princípio, ele assumir que é preciso ter lado, o que se contrapõe à objetividade e à imparcialidade pregadas pelo jornalismo contemporâneo. Uma questão, aliás, que está sendo superada, já que, conforme lembra muito bem o próprio Gramsci, não é possível ao jornalista – ao intelectual ou a qualquer outra pessoa – entender o mundo sem que, para fazê-lo use o seu enquadramento, dentro da visão de Scheufele, cujo conceito, por sinal, está muito próximo do que Gramsci chama de visão de mundo.

Empenhado em promover uma mudança na Itália e usando o seu ofício de jornalista para o exercício dessa mudança, Gramsci considera que um dos primeiros pontos do jornalismo é a crítica constante, feita pelos leitores, que deve servir como embasamento para a ação do jornal, da revista ou de qualquer outro veículo de comunicação. Para Gramsci as revistas têm força transformadora e não foi por acaso que, assim, ele construiu o *Ordine Nuovo*, colocando-se do lado do ensino, que vê como função permanente do jornalista. Este ensino, como já deixou claro ao tratar do papel dos intelectuais, deve ser cumulativo, pode e deve ser repetido, mas sempre de modo criativo, considerando que a repetição funciona como um mecanismo de fixação do que foi difundido.

72 Na apreciação que faz dos jornais e revistas Gramsci procura mostrar o caminho seguido por elas e oferecer uma visão de como ele vê o jornalismo. Um dos primeiros tópicos que o preocupa é a adequação do que será publicado com o ambiente cultural a que se destina, o que remete à clareza do texto e do seu significado. Talvez seja esta preocupação que o leva a recomendar que o jornalista trabalhe “sobre a base real e da experiência efetiva”. Considera, ainda, que um dos papéis do jornalista é informar e formar pelo exemplo, o que ele fez ao longo do tempo em que ficou livre, sobretudo em Milão, envolvendo jovens acadêmicos e ensinando-lhes a pensar e a agir.

Ao jornalista, Gramsci atribui o trabalho de, com a publicação em que trabalha, criar o que chama de consciência coletiva homogênea, o que é feito analisando-se

e vendo-se a situação no seu todo, fazendo-se o percurso da periferia para o centro, sempre levando em conta a materialidade do que está sendo reportado e ligando-o à cultura da área a que se destina. É neste ponto que ressalta o valor da repetição e chama a atenção para a necessidade de se ter uma ideia de contexto, levando em consideração não só o processo histórico, mas mantendo o foco na cultura ou na visão de mundo do leitor. O que ele busca, com estes ensinamentos, é adequar a linguagem ao público alvo da publicação e, nesta busca, o domínio da linguagem e da língua é essencial, um ensinamento que qualquer teórico contemporâneo adotaria e endossaria.

Se ao jornalista cabe agir como consciência coletiva homogênea, contribuindo, com isso, para a formação da visão de mundo dos leitores, o seu papel é de educador e ao induzir ao aprendizado deve fazê-lo tendo em mente que a aquisição de conhecimento demanda tempo, é gradual, mas é, também, como frisado por Gramsci antes, cumulativo. Assim trabalhando, o jornalista – e o seu trabalho – irá construir uma homogeneidade, que deve, por sinal, ser vista como um ponto de chegada, não de partida.

73

O jornalista age, no seu trabalho, como um formador de opiniões e este é um papel que Gramsci traçou para o intelectual, que deve ser orgânico, participar da transformação do meio em que vive e, ao mesmo tempo, ajudar na difusão de uma ideologia, que vê perpassando e dando consistência à sociedade, construindo, com isso, uma nova visão de mundo, uma postura e uma recomendação recorrente quando Gramsci fala da ação e do papel que

os intelectuais devem ter.

Ao apreciar o meio e os que nele trabalham e, ao mesmo tempo, recomendar posturas e aconselhar caminhos, Gramsci defende, mais uma vez, a questão da totalidade, que só pode ser apreendida quando se tem o conhecimento das partes. É por isso que recomenda aos jornais da capital que busquem informações sobre os Estados, regiões, vejam suas peculiaridades e, a partir da junção das várias partes estudadas, mostrem o todo. A melhor indicação para este caminho é o estudo da questão meridional. Nela, Gramsci adota a metodologia que recomenda e, ao final, depois de analisar as partes, vê que estava não diante de uma questão conjuntural, mas estrutural, o que demandava uma mudança de estrutura para que fosse resolvida.

74

Tudo isso, voltando ao pensamento original de Gramsci, deve ser feito levando-se em conta o contexto, que explica, está afeito ao meio onde as pessoas produzem e se reproduzem. Assim, não se pode abordar uma questão inglesa sob a ótica latino-americana, por exemplo. O resultado da abordagem estaria fora do contexto cultural em que a questão ocorreu e, portanto, sua explicação pode não ser válida quando ela é descontextualizada. Mas isso não é o suficiente, pois a análise, ao ser feita, deve levar em conta semelhanças, divergências, avanços e recuos. Somente com uma análise comparativa é que o âmago da questão será revelado e passará a ser entendível para o leitor. O papel final do jornalista, neste sentido, é transformar-se em desmistificador.

Mais uma vez, as recomendações de Gramsci encontram eco em qualquer bom manual de jornalismo,

editado na contemporaneidade, e podem ser patrocinadas pelos estudiosos do campo de jornalismo. Afinal, consistência, adequação, análise de contexto, linguagem clara e direcionamento de público são quesitos sobre os quais os jornalistas, se não se baseiam, deveriam se basear para a divulgação de informações.

GRAMSCI, INTELECTUAIS E IMPRENSA ALTERNATIVA

Ao olhar o trabalho intelectual e se debruçar sobre o jornalismo, Antonio Gramsci nos fornece ferramentas preciosas para a análise do meio jornal e, através dele, como agem os intelectuais que o integram. É neste sentido que se torna pertinente a análise que nos propusemos a fazer do jornal Posição, que, na sua ação, pode ser vista em três momentos que se enquadram no método explicitado por Gramsci e na própria teorização que fez, o que pretendemos, esteja claro ao final deste ensaio.

75

“Durante os quinze anos da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica” informa Bernardo Kucinski em sua tese de doutorado que virou livro e que retrata a trajetória deste tipo de imprensa no Brasil, bem como dos jornalistas, seus integrantes e, muitas vezes, personagens.

A questão dos jornais alternativos ou nanicos, como eram chamados, não foi, durante muitos anos, objeto de estudos mais detalhados. A situação mudou e um bom número de estudos tem sido desenvolvidos nos últimos anos. Muitos deles, no entanto, prendem-se a um dos aspectos basilares do relacionamento do regime militar com a mídia, que foi a censura, e é sob esta ótica que vêm os jornais que fugiam à classificação de grande imprensa. Neste sentido, um dos estudos fundamentais é o da professora Maria Aparecida de Aquino, que fez um comparativo entre a ação da censura em O Estado de São Paulo e em Movimento. A este respeito, a bibliografia levantada por Kucinski é reveladora e lista uma série de trabalhos que nos permitem entender a censura e como ela agiu, em relação a mídia e à cultura. A reflexão que Kucinski faz é que os jornalistas envolvidos na publicação dos chamados jornais alternativos eram, ao mesmo tempo, profissionais e revolucionários, já que estavam comprometidos com um objeto comum, que era a volta da democracia ao país. Pode-se dizer, então, que no conceito de Gramsci, eles estavam agindo de forma orgânica, investindo na modificação da hegemonia vigente e, por isso, agindo, enquanto intelectuais, de maneira contra hegemônica. Gramsci, por sinal, não fala em contra hegemonia, mas como deixa claro que a hegemonia é uma construção permanente e admite que haja uma perda dela ou sua substituição por outra, permite-nos entender, então, que ao se buscar uma nova hegemonia o trabalho feito é, nada menos do que contra hegemônico, o que, aliás, se insere na dialética da construção-desconstrução.

Há, ainda, em relação a Posição um outro momento a considerar, baseando-se na Teoria Ampliada de Par-

tido de Gramsci. Um jornal, nos lembra Gramsci, pode funcionar como um partido, quando procura instruir seus leitores, fazendo com que adquiram uma nova visão de mundo, já que, neste caso, está formulando uma nova ideologia e, com ela, buscando deslocar o comando hegemônico existente. Age, neste sentido, tanto no lado da construção de uma nova hegemonia, quanto da ação contra hegemônica. Como Gramsci frisa, o momento da desconstrução é o mesmo do início de uma nova construção, dando, novamente, sentido dialético ao trabalho.

Ainda sobre a mesma questão, mas vendo-a de uma ótica diferente, já que não vivenciou o regime autoritário brasileiro, Anne-Marie Smith acrescenta à análise da professora Maria Aparecida Aquino um novo componente, que é o consentimento dos grandes jornais – grande imprensa – à censura praticada no país. Ela é enfática, para não deixar qualquer dúvida: “O consentimento da imprensa era virtualmente total”. A situação não era diferente no Espírito Santo e a grande imprensa, aqui como nos maiores centros, aceitou de forma pacífica e sem contestação a censura.

77

Este é o contexto do nascimento, vida e morte do jornal Posição, um jornal alternativo e nanico, no conceito de Kucinski, e que navegava na contramão da cumplicidade com o regime, como proposto por Smith. Foi neste jornal que durante mais de 70 edições, jornalistas de vários matizes atuaram, procurando mostrar aos leitores, formadores de opinião, que a realidade era diferente da veiculada pela grande mídia e, ao mesmo tempo, trabalhando a questão da volta ao regime democrático, algo que estava distante dos meios noticiosos que não eram

nem nanicos, nem alternativos.

Retratar o jornal Posição e como ele mostrava a nossa realidade é o objetivo do nosso projeto de pesquisa e, como a ação do jornal está intimamente ligada aos jornalistas que nele trabalhavam e que com ele colaboraram, a conceituação de Gramsci vai nos ajudar a entender esta ação e situar, no contexto do Espírito Santo e da mídia censurada, o trabalho do jornal e de seus jornalistas.

78

Ao erigir um novo intelectual, que chamou de orgânico, e que anteviu como participante, integrado mesmo a uma transformação da sociedade ou à sua consolidação, Gramsci criou um conceito geral de intelectual e avançou desenvolvendo um método para que se avalie o trabalho dos intelectuais. O que resultou de suas reflexões foi uma teorização sobre o intelectual e seu trabalho, categorizando um e outro e permitindo, com isso, que se use os conceitos para fazer a avaliação do trabalho concreto desenvolvido por um intelectual ou um grupo deles em uma situação específica, como é o caso do jornal Posição.

A pergunta que ocorre é: Os jornalistas que atuam no jornal Posição eram intelectuais orgânicos? A resposta, à primeira vista e sem demandar uma análise mais profunda, é sim. E pode ser assim respondida tomando-se a própria tipologia do intelectual orgânico no modelo gramsciano – ou refletindo a própria trajetória de Gramsci. Uma das características apontadas nesta tipologia é o trabalho para a criação de uma nova visão de mundo, contrapondo-se à visão hegemônica de momento, o que é feito no trabalho de educação e de formação de novos segmentos políticos. O intelectual, neste caso, é um homem de ação, entendendo-se ação como participação

ativa no trabalho de mudança. E foi exatamente isso que aconteceu enquanto o jornal Posição circulou. Em todos os seus números, mostrando o que vinha ocorrendo no “mundo real” - não no que o regime dizia existir - ele contribuiu para aclarar opiniões e, com isso, mudar posições, levando a uma tomada de consciência contra o discurso e a política oficiais..

Neste sentido, confirma-se a resposta à pergunta formulada em relação ao jornal Posição. Os jornalistas que nele atuaram podem, sim, serem considerados orgânicos, já que se enquadram na tipologia desenvolvida por Gramsci. Ao mostrar um Estado diferente, contrapondo-se à grande mídia, e ao lutar pela democracia, com o fim do regime militar – e de uma visão de mundo – o jornal Posição e, com ele, seus jornalistas, agiram de forma orgânica. Cumpriram o papel de agentes de uma nova ideologia, a democracia, que se contrapunha ao autoritarismo do regime militar.

79

Ao desenvolver o trabalho, o jornal acabou por mostrar as contradições sociais, revelando que, ao contrário do discurso oficial, não vivíamos em uma sociedade sem problemas, sem contradições, oferecendo uma visão diferente da realidade da grande mídia. Ao mesmo tempo, dava voz a quem não a tinha, fruto do alinhamento de jornais, rádios, revistas e televisões com o Governo, consentindo com a censura que praticava. Indo um pouco além, Posição cuidava de difundir os benefícios de um regime democrático, que permitiria a discussão das contradições da sociedade, provocando a busca de soluções para os seus problemas.

Os jornalistas, no caso de Posição, se engajaram não

só na busca de um novo regime, e com ele de uma nova ideologia, como cumpriram, como Gramsci recomendou, o seu papel, contextualizando, mostrando semelhanças e diferenças, avanços e recuos e, sobretudo, exercendo a repetição, que na metodologia gramsciana exerce papel de reforço no aprendizado. Os jornalistas de Posição, neste caso, se colocaram na vanguarda política, já que não há dúvida de que estavam agindo politicamente. Para comprová-lo basta recorrer aos inúmeros exemplos dados por Bernardo Kucinski, que ouviu dezenas de jornalistas que, ao longo da ditadura, trabalharam em jornais alternativos.

80 A teoria nos fornece um modelo e embora este modelo não esteja relacionado ao real, ele só é válido quando pode ser provado empiricamente. No caso do jornal Posição, nossa pesquisa pretende mostrar que, em relação à ação dos jornalistas que nele trabalharam, a conceituação de Gramsci para intelectual orgânico se aplica integralmente. Também se aplicam a questão do trabalho contra hegemônico e, ainda, à conceituação da Teoria Ampliada dos Partidos. O que o trabalho pretende é, ao mostrar a ação de Posição, usar os conceitos de Gramsci, para comprovar que o trabalho desenvolvido pelos jornalistas de Posição foi orgânico e que eles podem ser enquadrados, em toda sua plenitude, no modelo desenvolvido por Antônio Gramsci.

Referências

1. Bobbio, Norberto. Os intelectuais e o poder. São Paulo, Unesp, 19996, p. 109

2. Burke, Peter. Uma história social do conhecimento – De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2003, p. 26
3. Le Goff, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 2003, p. 23
4. Lahuerta, Mílton. Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo) in Aggio, Alberto (Org). Gramsci – A vitalidade de um pensamento, São Paulo, Unesp, 1998, p. 133-139.
5. Bobbio, Norberto. Op. Cit., p. 32-33
6. Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 217
7. Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 218
8. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\l, p. 7
9. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\l, p. 10
10. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\l, p. 11
11. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s\l, p. 11-12

12. Gramsci, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s/d, p. 12-13
13. Coutinho, Carlos Nelson. Op. Cit.
14. Cerqueira Filho, Gisálio. A figura do intelectual e a formação discursiva investigada in A questão social no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, p. 46
15. Coutinho, Carlos Nelson. Op. Cit. P. 45
16. Beired, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais in Aggio, Alberto (Org), Op. Cit. p. 124
17. Beired, José Luís Bendicho. Op. Cit. p. 127
18. Beired, José Luís Bendicho. Op. Cit. p. 128
19. Scheufele, Dietram. Framing as a Theory of Media Effects in Journal of Communication, 49, p. 103-122
20. Gramsci, Antonio. Os intelectuais..., p. 159
21. Gramsci, Antonio. Op. Cit. p. 181
22. Kucinski, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Edusp, 2003, p. 13
23. Smith. Anne-Marie. Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2000
24. Smith. Anne-Marie. Op. Cit. p. 11

Bibliografia

Aggio, Alberto (Org). Gramsci, a vitalidade de um pensamento. São Paulo, Unesp, 1998.

Aquino, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário 1968-1978, Bauru, SP, Edusc, 1999.

Beired, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais in Aggio, Alberto (Org). Gramsci, a vitalidade de um pensamento. São Paulo, Unesp, 1998.

Bobbio, Norberto. Os intelectuais e o poder. São Paulo, Unesp, 1997

Burke, Peter. Uma história social do conhecimento – de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003

83

Coutinho, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, L&PM, 1981.

Coutinho, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura, Revista Temas de Ciências Humanas, nº 10, p. 93 a 110, São Paulo, 1981.

Gramsci, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981

Gramsci, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.

Gramsci, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980

Kucinski, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Edusp, 2003.

Lahuerta, Milton. Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo) in Aggio, Alberto (Org). Gramsci, a vitalidade de um pensamento. São Paulo, Unesp, 1998.

Le Goff, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2003

Portelli, Hughes. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

Scheufele, Dietram. Framing as a theory of media effects in Journal of Communication, 49, disponível em <http://joc.oupjournals.org>

Smith, Anne-Marie. Um acordo forçado, o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

FOUCAULT

E A MICROFÍSICA DO PODER



A QUESTÃO DO PODER

A discussão sobre o poder, sua estrutura e modos em que se manifesta e é exercido, não é nova. Se olharmos a própria história política vamos ver que este é um tema recorrente, com estudiosos de todos os quilates sobre ele se debruçando. Platão e Aristóteles, na Grécia, nos seus estudos sobre a República e sobre formas de Governo na verdade estavam, também, discutindo o próprio poder. Os estudos se repetiram, depois, em Roma e, mais recentemente, com Maquiavel, que fez do Príncipe, de certa forma, um manual do exercício do poder.

87

A questão chegou, por fim, à modernidade, com intelectuais do porte de um Weber, de Rousseau, de Locke, de Hobbes, de Thomas More, de Karl Marx, discutindo a questão, cada qual defendendo um ponto de vista e, como consequência, conceituando-a. A história avançou e, com ela, a discussão sobre o poder, que continua na contemporaneidade, com filósofos e teóricos de todas as tendências se debruçando sobre o assunto e procurando, do seu ponto de vista, mostrar como o poder se manifesta e como é – ou pode ser – exercido.

Se o assunto e a discussão são recorrentes, a novidade é uma nova abordagem do poder, surgida a partir dos chamados Estudos Culturais, uma tradição de pesquisa na área de ciências sociais que, surgindo na Inglaterra, se espalhou e fez com que os pesquisadores invertessem

seu olhar, vendo a questão do ponto de vista micro, não macro. Foi com os estudos culturais que se consagrou o que chamamos hoje de estudos do cotidiano, com uma rica produção no campo das ciências sociais envolvendo várias disciplinas, indo da história à comunicação.

88 É o ponto de vista micro, do cotidiano, que Michel Foucault adota, embora não esteja vinculado à corrente dos Estudos Sociais. À continuidade, ele prefere a singularidade, analisando-a no seu contexto e, então, sim, fazendo a ligação de um momento particular com o todo, que é construído, na sua metodologia, do entendimento das várias partes. É nessa perspectiva que Foucault discute o poder. Nisso, não está sozinho, já que estudiosos do porte de Pierre Bourdieu e de Norberto Elias também se debruçaram sobre o micro, revelando relações, no caso do primeiro, de dominação dos homens sobre as mulheres e, no do segundo, de antigos sobre novos moradores.

Comentando a questão do poder, do ponto de vista de Michel Foucault, o brasileiro José Augusto Guilhon de Albuquerque, afirma:

“Trata-se de uma concepção totalmente revolucionária do poder que, embora seja coerente com uma parte significativa da tradição do pensamento ocidental (...) rompe não apenas com as características habitualmente atribuídas ao poder, seus efeitos e modos de funcionamento, mas essencialmente com a maneira como concebemos sua natureza” .

Podemos, também, adotar o comentário de Teresa Cristina Barbo Siqueira, que embora feito em relação a outro trabalho de Foucault, insere-se nos conceitos de-

envolvidos em Vigiar e Punir, que estamos analisando. Ao referir-se ao poder do discurso, diz a autora.

“E, se temos em conta que o saber surge, por sua vez, produzido pelo poder, podemos então deduzir que o poder político tem a capacidade de produzir o real: o poder é a fonte de onde surge o visível (aquilo que se vê como objeto construído) e dizível (aquilo que se diz do objeto)” .

Inovação é a ótica adotada por Foucault em Vigiar e Punir – História da violência e das prisões. Antes de falarmos especificamente sobre o livro e, a partir dele, nos conceitos desenvolvidos pelo filósofo francês, é preciso que tenhamos claros os conceitos de poder com os quais vários estudiosos modernos e contemporâneos trabalharam.

89

O PODER ANTES DE FOUCAULT

A bibliografia adotada para a disciplina Fundamentos da História Social das Relações Políticas, no Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, nos permite fazer um passeio por vários conceitos de poder, tomando estes exemplos de clássicos ou de teóricos contemporâneos. Neste caso está, por exemplo, o professor Dalmo de Abreu Dallari , que vê o poder como força do Estado, onde ele é institucionalizado, um elemento essencial, portanto, mas que é abstrato e pode ser separado em dominante e não dominante.

Norberto Bobbio comenta a questão em duas obras distintas. Na primeira, *Estado, Governo e Sociedade*, ao fazer um apanhado geral, afirma que há, em relação ao poder, três teorias: substancialista, subjetivista e relacional. No primeiro caso, estão os que acreditam que, se alguém possui o poder, vai usá-lo, como Hobbes, que Bobbio elegeu como paradigma da teoria substancialista. Outro exemplo dessa corrente é Bertrand Russel, para quem o “poder consiste na produção dos efeitos desejados”.

90 No caso da corrente subjetivista, o poder é visto como a capacidade de se obter certos efeitos e o paradigma adotado por Bobbio é Locke. Já em relação à teoria relacional, ela vê o poder como uma relação entre dois sujeitos, o que a coloca, de certa forma, mais próxima do conceito de Foucault, que também tem o poder como algo relacional, mas que não o restringe, apenas, à relação entre dois sujeitos. O símbolo da teoria relacional, de acordo com Bobbio, é Robert Dahl. Por sinal, é pela teoria relacional, que chama de mais moderna, que o estudioso italiano mostra sua simpatia.

Em um segundo livro, *Teoria Geral da Política*, Norberto Bobbio volta à discussão do tema poder e usa, na sua conceituação do que ele é, o teórico alemão Max Weber, que vê o Estado não como o reino da razão, mas sim de força e atribui a ele a monopolização desta força, que considera condição indispensável à sua existência. O próprio Weber fala do assunto em *Economia e Sociedade* quando discorre sobre dominação e como ela se exerce. Cita, no caso, o poder absoluto e passeia pelos conceitos de democracia, diferenciando o exercício do

poder em um e outro regime. Fica, no entanto, a sua conceituação de poder como força do Estado.

Autor mais contemporâneo, George Balandier estuda a desordem e como ela se manifesta, inclusive na sua antípoda, que é a ordem. E é exatamente na ordem, revela ele, que se acha configurado o poder, que surge para pôr fim à desordem, estancando um movimento e dando sentido às coisas que, devido à pós-modernidade, tornaram-se difusas. Balandier aponta, inclusive, os riscos de se maximizar a ordem, o que pode levar a regimes totalitários, recomendando a permanência na democracia.

A última referência macro que temos, dentro da disciplina, e que serve à nossa discussão é da filósofa germano-estadunidense Hanna Arendt. Ela na verdade trata da violência, mas vê na sua manifestação um exercício de poder. Olhando o contemporâneo, ela se refere ao poder nuclear existente e afirma que configura o poder total, já que se tornou capaz de aniquilar não só a humanidade, mas tornar estéril o próprio planeta. Esta seria a suprema violência e, portanto, a mais cabal demonstração de poder.

91

Mas, ao longo do desenvolvimento da disciplina, o poder é visto, também, pelo seu lado micro nos estudos feitos por Norberto Elias e por Pierre Bourdieu, já ressaltados antes. Elias mostrou que as relações de poder ocorrem em uma pequena comunidade e a partir de suas observações acabou teorizando sobre a estranheza entre estabelecidos e outsiders, mostrando que a superioridade sentida pelos primeiros acaba sendo incorporada pelos segundos. Nesse sentido, também, é o estudo de Bourdieu, embora seu objeto seja diferente, pois fala nas rela-

ções de dominação entre sexos, marcada pela dominação que os homens exercem sobre as mulheres e ao fato de haver toda uma simbologia que acaba por levar a mulher a assumir o ponto de vista dos dominantes, portando-se de forma por eles recomendadas e até se vendo com o mesmo olhar.

92 Leituras esclarecedoras, todas elas nos permitem fazer o contraponto com o pensamento de Foucault. O mínimo que se pode dizer do seu pensamento e obra é que são originais, sendo seu autor reconhecido como um dos grandes pensadores do século XX. Foucault abordou – e desmistificou – temas que, antes, não tinham sido objeto de reflexões maiores. É o caso, por exemplo, de sua visão de como nasceram alguns saberes e, também, do caso da sexualidade, usada como expressão de poder. É esta originalidade que mostra em *Vigiar e Punir*, livro no qual analisa a gênese da prisão moderna e, a partir dela, mostra como chegamos a uma sociedade panóptica onde a vigilância é onipresente e, pelo uso de técnicas, acaba inscrita no próprio corpo, gerando ordem e provocando o exercício automático do poder.

O PODER EM FOUCAULT

“ *Mi proposito no ha sido analizar el fenómeno de poder, ni tampoco elaborar los fundamentos de tal análisis, por el contrario mi objetivo ha sido elaborar una historia de los diferentes modos por los cuales los seres humanos son constituidos en sujetos*”. A afirmação é do próprio Foucault, feita em *O sujeito do poder*, publicado como epílogo na segunda

edição de Michel Foucault: *beyond structuralism and hermeneutics*, de Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, da editora da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, em 1983.

A afirmação de Foucault nos leva, de início, a imaginar que ele não trata do poder. Esta não é a realidade, mesmo em se tratando do texto citado. A partir da primeira afirmação, ele começa a discorrer sobre os meios de constituição do sujeito e deixa claro que, nesta subjetivação, o poder tem uma parte importante, chegando a citar o caso da Igreja Católica e do poder pastoral por ela instituído. Foucault, comentando este poder, afirma:

“Alguna vez esta forma de poder fue ejercida por los aparatos del Estado, o por una institución pública cualquiera, como la policía. (...) Em cierto momento, el poder fue ejercido por iniciativas privadas, sociedades de bienestar, benefactoras y filántropas” . 93

O que acontece com Foucault, como lembra Michel de Certeau, é que

“(...) distingue assim dois sistemas heterogêneos. Ele identifica as vantagens que uma tecnologia política do corpo conquistou sobre a elaboração de um corpo doutrinal. Mas ele não se contenta em separar duas formas de poder. Seguindo o estabelecimento e a multiplicação vitoriosa dessa “instrumentalidade menor”, procura pôr em evidência as molas desse poder opaco, sem proprietário, sem lugar privilegiado, sem superiores nem inferiores, sem atividade repressiva nem dogmatismo, eficaz de modo quase autônomo por sua capacidade tecnológica de distribuir, classificar, analisar e individualizar especialmente o objeto abordado (...)” .

O comentário feito por Michel de Certeau refere-se diretamente a Vigiar e Punir, a obra em que Foucault faz a genealogia da prisão e estabelece como, com a mudança da Idade Média para a Idade Moderna, também mudaram as maneiras de se exercer o poder, que deixou de ser uma coisa espalhafatosa, transformando-se em algo opaco, que se exerce na sombra e que se tornou invisível e, ao mesmo tempo, automático.

94 Gilles Deleuze, que foi discípulo de Foucault, ao comentar a posição adotada pelo filósofo assegura que “uma das teses essenciais de Vigiar e Punir dizia respeito aos dispositivos de poder”, argumentando que estes dispositivos “não se contentam em ser normalizantes, mas tendem a ser constituintes”. Deleuze confessa discordâncias com o seu mestre, mas reconhece o seu pensamento original na análise do poder e de como ele se constitui, realizando o seu trabalho, como frisa Michel Foucault, sobre o próprio corpo.

O que acontece em relação ao poder, quando se refere a Foucault, é que, como observa António C. Maia, ele não tem uma “teoria geral do poder a-histórica, podendo ser aplicada a todas as relações de poder existentes em sociedade, em qualquer contexto”. O que Foucault pretende é:

“trabalhar uma analítica de poder capaz de dar conta do seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas. (...) O ponto de vista adotado pela analítica de poder assume uma reflexão com âmbito mais limitado a respeito desta problemática, evitando determinadas questões – como, por exemplo, a respeito da origem do poder – e adotando uma perspec-

tiva eminentemente descritiva, procurando identificar e explicitar os diferentes mecanismos, táticas e estratégias empregadas, bem como a forma de funcionamento, das relações de poder em sociedade” .

O que acontece, quando Foucault trata da questão, segundo Guilhon de Albuquerque, é que ele vê o poder como uma relação assimétrica “entre indivíduos, entre grupos, que se irradia da periferia para o centro, de baixo para cima, que se exerce permanentemente, dando sustentação à autoridade, e que funciona positivamente, dinamizando, incrementando as forças e recursos existentes” . O que Albuquerque observa é que, na inversão feita por Foucault, o que se tem é que “se o poder se sustenta de baixo para cima, ao contrário de se originar de cima para baixo, quanto mais alto na hierarquia de poder, menor a autonomia do indivíduo para alterar as redes de poder na sociedade”.

95

Fica claro, pelas colocações feitas por Delleuze, Maia, Albuquerque e de Certeau, que Foucault discutiu e refletiu sobre o poder, mesmo aceitando o seu argumento de que este não era o seu objetivo. O que temos é um pensamento original, que deixa de ver o poder como agregado ao Estado, o que se poderia chamar de o grande poder, e passa a vê-lo do seu lado micro, no cotidiano e percorre como se deu a sua genealogia. O que prepondera é um olhar diferente, que inverte a perspectiva de estudo e estabelece as condições em que se constituiu o sujeito moderno, moldado pelas técnicas, sob vigilância e tendo o seu próprio corpo como objeto de exercício do poder político.

O que se cria, na transição da Idade Clássica para a

Idade Moderna, segundo Foucault, é uma mecânica do poder, que “define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina”.

É a construção desse novo corpo, com o refinamento das técnicas e da mecânica do poder, que se transforma em microfísica do poder, que Foucault analisa e historia em *Vigiar e Punir* e é sobre o livro que discorreremos a seguir.

CORPOS DÓCEIS E ADESTRADOS

96

Vigiar e Punir é um amplo estudo sobre a disciplina na sociedade moderna, uma forma, de acordo com Foucault, de domesticar os corpos e torná-los obedientes. Ele analisou os processos disciplinares empregados nas prisões, nas escolas e nas forças militares, considerando-as exemplos de imposição de comportamento, que moldam o corpo e que ensinam não só obediência, mas enquadra o sujeito à ordem estabelecida. A partir deste trabalho, ficou claro que as formas de pensamento também são relações de poder, pois implicam coerção e imposição, o que nos leva a poder lutar contra padrões de pensamento, mas não nos permite escapar das relações de poder. É nesse sentido que o Foucault vê a existência de uma microfísica de poder, que se manifesta no cotidiano e no relacionamento entre pessoas.

O que acontecia quando o condenado, na Idade Clás-

sica, era submetido ao suplício? Esta é, em linhas gerais, o que Michel Foucault procura responder no primeiro capítulo do livro. Nele, mostra que o crime era um ato de lesa majestade, que feria a própria autoridade do rei, daí advindo sua vingança, feita através do suplício a que o condenado era submetido. A pena, neste caso, não tinha caráter pedagógico, de inibir pelo exemplo e, em alguns casos, acabava granjeando simpatia para os próprios condenados. O corpo do condenado, neste caso, acabava por ser o objeto e o alvo do poder.

Com a transição da Idade Clássica para a Idade Moderna, as penas começam a mudar, conforme Foucault frisa:

“é a própria condenação que marcará o delinquente com sinal negativo e unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença; quanto à execução, ela é como uma vergonha suplementar que a justiça tem vergonha de impor ao condenado; ela guarda distância, tendendo sempre a confiá-la a outros e sob a marca do sigilo. É indecoroso ser passível de punição, mas pouco glorioso punir” .

97

A partir da Idade Moderna, o que acontece é a ampliação do uso das disciplinas para a moldagem dos corpos, o que ocorre com o aumento do controle, ampliação do objeto e da modalidade de controles. Esta ampliação acaba levando ao que Foucault classifica de pena incorpórea, já que a condenação não visa ao corpo, mas à alma do condenado. O objetivo é, ao condená-lo, exercer um papel pedagógico, de exemplo, impedindo que, nas mesmas circunstâncias, outro venha a cometer a mesma falta.

Com a docilidade dos corpos, conseguidos com o uso de novas e aperfeiçoadas técnicas, instala-se, segundo

Foucault, um novo tipo de dominação, que leva à criação de uma nova subjetividade e à constituição de um novo poder, que é formado por processos múltiplos, diferentes e esparsos, que se superpõem e entram em convergência, criando uma nova subjetividade. Com isso, nasce uma microfísica do poder, cujo foco é no detalhe, mudando de controle para a disciplina e promovendo a laicização e a racionalidade.

98 Criando um poder difuso, que é exercido no detalhe, na sombra e faz com que tudo funcione de maneira automática, as disciplinas são usadas para fazer a distribuição dos indivíduos, construindo uma metáfora de fortaleza, onde os homens são separados, classificados, vigiados e punidos. Tudo é feito com ordem, contenção e vigilância, mediante o exercício de um controle individual, de forma a maximizar o tempo, conseguindo a eficiência máxima dos corpos. É assim que passam a funcionar, por exemplo, as linhas de produção do capitalismo iniciante. Nelas, havia separação, organização, supervisão, hierarquização, identificação e ordem, que se contrapõem a confusão e ordenam os corpos, fazendo com que cada corpo tenha um lugar e cada lugar um corpo. Casadas, usadas em conjunto e aperfeiçoadas, as disciplinas irão criar, depois, o que Foucault, usando a terminologia e fazendo uma analogia com Bentham, chama de panóptico, onde todos são vistos – vigiados – mas não vêm, ficando só a sensação de eterna vigilância. A realidade de Foucault se equipara à ficção de George Orwell e ao big brother.

Para Foucault, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe

impõem limitações, proibições ou obrigações. (...) não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável mas trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo”. Chegamos, então, a uma mecânica de poder que se transforma em microfísica do poder, resultado de todo um trabalho desenvolvido e aperfeiçoado nas escolas, que transforma saber em poder.

É neste momento que Foucault afirma ser o poder algo relacional, um processo e, ao mesmo tempo, uma técnica, a base das disciplinas e suas táticas, que fornecem, por sua vez, a base para a microfísica do poder. Na verdade, para Foucault, poder e saber têm um objetivo comum, que é a ordem, daí sua reflexão sobre a ordem do discurso, mostrando que a escritura e o discurso são elementos constitutivos da nossa subjetividade e nos ajudam a nos constituir em sujeitos. Aliás, da mesma forma que fazem a disciplinas.

99

Considerando a questão do poder e do saber, Foucault, ao falar das disciplinas e do seu uso na dominação dos homens pelos homens assinala:

“O quadro, no século XVIII, é ao mesmo tempo uma técnica de poder e um possesso de saber. Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo: trata-se de lhe impor uma “ordem” .

As disciplinas transformam os corpos em máquinas articuladas, compõem suas forças e geram eficiência. Para tanto, valem-se da ocupação dos espaços, combi-

nam tempos – velho x novo, ensino x aprendizagem – buscam a brevidade das respostas de comando, transformando-as em automáticas e, por fim, caracterizam-se por serem celulares, orgânicas, genéticas e combinatórias. Institui-se, então, o micro poder, que é múltiplo, automático, anônimo, discreto, está em toda parte e sempre alerta, além de agir em silêncio. Dá-se, neste momento, o que Foucault chama de inscrição do poder no próprio corpo, que foi para ele moldado e construído.

Ainda em *Vigiar e Punir*, Foucault discute a questão do sistema disciplinar, que estabelece um método de penalidade-recompensa através de micro penalidades envolvendo aspectos do tempo, atividade, discurso, corpo, gestos não conformes e da própria sexualidade. Ao analisar as micro penalidades, Foucault afirma:

100

“Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. (...) Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micro penalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (...) O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios” .

O sistema de micro penalidade, que é uma das faces

visíveis do micro poder, tem uma ordem mista, baseada nas normas, que são artificiais, e nas regras, naturais, e funciona de forma dual, olhando a disciplina com dois polos – negativo e positivo – marcando os desvios e hierarquizando as qualidades, competências e aptidões, levando a uma homogeneização e fazendo com que tudo seja diverso, mas igual. De acordo com Foucault, o objetivo é normatizar a vida, o que transforma a disciplina em poder da norma.

Antes de passar ao panóptico, Foucault fecha a questão dos recursos para o bom adestramento lembrando-nos que uma das técnicas mais eficazes de controle é o exame, entendido como avaliação do indivíduo. O exame, como visto por Foucault, permite qualificar, classificar, diferenciar e punir. De outro lado, o exame serve, também, para definir a individualidade, criando o corpo documentário, que registra detalhes e minúcias, acumula documentos, codifica a individualidade e transforma o indivíduo em um objeto descritível, analisável. Cada indivíduo é um caso, podendo ser mensurado, descrito e comparado e, a partir do uso destas técnicas, treinado, retreinado e classificado, o que leva à sua normalização.

101

A escrituralidade, que é um meio de controle, proporcionou a liberação epistemológica de alguns saberes, constituindo novos campos de operação, como a psicologia e a clínica médica, por exemplo. Houve a liberação do que Foucault chama de ciências do indivíduo e, ao mesmo tempo, a criação, com o exame, de uma nova tecnologia do poder. Juntas, estas tecnologias acabaram por criar uma nova anatomia política do corpo, levando à construção de um novo indivíduo, que não é mais o da

Idade Clássica, mas o da Idade Moderna.

A vigilância perfeita. Segundo Foucault ao imaginar o panóptico, J. Bentham criou um laboratório do poder e, ao mesmo tempo, um modelo generalizável. O que o panóptico faz é aperfeiçoar o exercício do poder, oferecendo um controle democrático, ao mesmo tempo em que o amplifica, oferecendo o coroamento da sociedade disciplinar, transformada em sociedade de vigilância. O refinamento das disciplinas, toda tecnologia empregada, que contribuíram para a formação do novo indivíduo, buscavam objetivos como tornar o poder menos custoso, levá-lo ao seu máximo, ligando-o aos seus aparelhos pedagógicos e criando a docilidade e a utilidade dos corpos, daí ter assumido caráter redutivo, fixatório e regulamentar, evitando a contestação, promovendo a separação e a verticalidade e, com isso, ganhando eficiência, que é retirada não do indivíduo, mas do coletivo.

O resultado de tudo foi, na concepção de Foucault, o nascimento da sociedade da vigilância, onde as disciplinas, que são minúsculas invenções técnicas, fazem funcionar as relações de poder, valendo-se da vigilância, do registro, do julgamento e da classificação. Ao mesmo tempo oferece uma modalidade panóptica de poder, que é democrática, pois baseada no contrato.

Na nova sociedade, surgida a partir da transição da Idade Clássica para a Idade Moderna, Foucault vê uma ironia, pois se as Luzes trouxeram a liberdade, com elas vieram, também, as disciplinas, mudando corpos e, com estas mudanças, promovendo uma mudança de poder. Daí concluir que as disciplinas são o próprio panóptico, pois aumentam o poder direto que os homens exercem

uns sobre os outros.

A reflexão feita por Foucault mostra que o exercício do poder é algo concreto, físico, e que, graças ao desenvolvimento e refinamento das disciplinas, elas próprias na gênese de vários saberes, o poder acaba inscrito no corpo, obtendo respostas automáticas e naturalizado, por isso mesmo não sendo percebido por aqueles que são dele objetos. Nada melhor do que o próprio Foucault para explicitar o que sua análise mostra:

“Temos de deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz: ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se poder ter se originam nessa produção”

103

O que fica sobejamente demonstrado é que Michel Foucault pode até não considerar o poder como foco de suas reflexões, mas, pelo menos em Vigiar e Punir, ele está no centro de todo o desenvolvimento da sociedade moderna e de sua transformação, quando olhada do ponto de vista da sociedade anterior. E foi nesta sociedade, através das disciplinas e de tecnologias novas, que se impôs um novo tipo de poder, o micro, que é físico e está tão inserido nos corpos que foi naturalizado, transformando-se em invisível, mas nem por isso deixando de ser, ao mesmo tempo, eficiente e eficaz.

São estas disciplinas que formam, para Foucault, o próprio panóptico.

FOUCAULT, HISTÓRIA E O JORNAL

Margareth Rago, ao considerar a contribuição de Michel Foucault para a história e para a historiografia, ressalta o caráter revolucionário de sua abordagem, por se recusar a usar o discurso como forma de justificar a ação social nele refletida, mas olhando, para entendê-lo, o contexto de sua formação, buscando conhecer os paradigmas de sua produção, tanto do ponto de vista do indivíduo, como de suas relações de poder e a própria produção do conhecimento.

Rago afirma, de forma categórica:

104 “Foucault afirmou que a História não é mais do que um discurso, discurso este que também precisa ser psicanalizado e “descrito em sua dispersão”. (...) Assim, caberia ao historiador construir a trama correspondente ao acontecimento. No caso de um acontecimento da moda, que nos situasse nesse campo; se um evento político, seria necessário nos apresentar governantes e súditos. O que seria importante destacar no passado dependeria da construção da trama, da mesma forma que as causas atribuídas na origem do evento se definiriam em função da construção dessa mesma trama”

Assim, caberia ao historiador pegar um evento, um objeto específico e concatená-lo, dando-lhe sentido. Margareth Rago sustenta que essa concatenação só pode ser feita com o uso de conceitos, também eles, históricos. O que Rago propõe é o que o próprio Foucault fez no desenvolvimento do que chamou de genealogia das prisões, mostrando que se a Idade Moderna trouxe com ela o

conceito de liberdade, também trouxe todo um arcabouço disciplinar que foi aperfeiçoado, mudando a subjetividade e constituindo novos sujeitos.

Os dois ensinamentos – de Foucault e de Rago – podem servir de orientação para estruturar uma pesquisa que pretenda mostrar como um jornal alternativo, chamado Posição, classificado como “nanico” e de oposição à ditadura, mostrava, no Espírito Santo, uma realidade diferente da oficial. Neste sentido, e usando o método de Foucault, o primeiro passo seria fazer uma análise do discurso do próprio Posição, vendo como ele se relacionava com o contexto do Estado, com o próprio meio social e, a partir deles dois, com o poder, que contestava, e quais as relações de poder que gerava ou refletia, partindo-se da ação dos próprios jornalistas que, ao exercerem o seu ofício, estão, também, consagrando relações de poder. Ao mesmo tempo, é preciso fazer a diferenciação, marcando-a, do discurso de um jornal alternativo e de oposição em relação ao que se pode chamar de grande mídia, por oposição a estes jornais oposicionistas, que eram pequenos – uma diferenciação de formato.

105

O importante da análise, neste caso, não é só o trabalho do jornalista, mas o contexto em que foi realizado e o discurso dele resultante, tentando entender, como frisa Margareth Rago, as relações de força e como se constituem os jogos de poder, que sob a ótica de Foucault é invisível, molecular, positivo e atuando em todo o conjunto social e que constitui redes de relações das quais ninguém escapa.

Na rede de relações constituídas pelo jornal e na formação do discurso que veiculou, os jornalistas são atores

importantes e, por isso, também eles devem ser objeto de análise. Mais uma vez, usando-se o método de Foucault, é preciso ver como eles se constituíram como sujeitos e se essa constituição era diferente de outros indivíduos, mesmo de outros jornalistas. De posse dos dados coletados nesta e nas análises anteriores seria possível determinar, de forma efetiva, se Posição mostrou uma realidade diferente da oficial e se este trabalho foi efetivo, o que significa mostrar diferentes relações de poder e constituição de sujeitos.

106 Considerando as vertentes que o método de Foucault nos oferece seria, sem dúvida, interessante fazer a análise de Posição utilizando os conceitos desenvolvidos pelo filósofo francês, o que, certamente, levaria a uma reflexão sobre o momento em que Posição circulou, marcando-o como uma singularidade, mas não deixando de reconhecer um contexto maior, o da ditadura militar e do reflexo que ela tinha no Espírito Santo e que tipos de relações de poder foram gerados e desenvolvidos, no jornal, entre jornalistas e na própria sociedade.

Postas as diretrizes, é realizar o estudo. No caso específico do nosso projeto de pesquisa, a vertente teórica e metodológica, no entanto, é outra e não guarda relação direta com o pensamento de Michel Foucault, já que baseadas em Antonio Gramsci. É preciso reconhecer, no entanto, que Foucault oferece excelentes ferramentas para o desenvolvimento do trabalho, dando suporte e oferecendo teorizações e métodos que, se usados, sem dúvida contribuiriam para refletir o trabalho de um jornal alternativo e de oposição e de como ele mostrava uma realidade, ou melhor, como em um pedaço de espelho,

mostrava uma realidade diferente da oficial, que era refletida no restante do espelho.

Referências

1. 1 Bourdieu, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002
2. 2 Elias, Norberto. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000
3. 3 Albuquerque, José A. Guilhaon. Michel Foucault e a teoria do poder, in Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 7(1-2), Outubro 1995, p. 105-110
4. 4 Siqueira, Teresa Cristina Barbo. Uma genealogia da ordem do discurso em Michel Foucault in Revista Educativa, v. 3, jan-dez 2000, Goiânia, UCG, 1997, p. 159-164 107
5. 5 Dallari. Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do Estado. São Paulo, Saraiva, 2001, p. 93-94
6. 5 Bobbio. Norberto. Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 77-78
7. Bobbio. Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Campus, 2000. p. 212-122
8. Weber, Max. Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva. México, Fondo de Cul-

tura, 1992

9. Balandier, George. A desordem: elogio do movimento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
10. Arendt, Hanna. Sobre a violência. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000, p.31
11. Foucault, Michel. El sujeto y el poder in Dreyfus, Hubert L. e Rabinow, Paul. Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics, Chicago, Chicago University Press, 1983, tradução de Santiago Carassale e Angelica Vitale
12. de Certeau, Michel. A invenção do cotidiano. 1 – Artes de fazer. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.
13. Deleuze, Gilles. Desejo e Prazer in Magazine Littéraire, Paris, nº 325, Cut 94, p. 57-65
14. Maia, António C. Sobre a analítica do poder em Foucault in Tempo Social, Revista Sociol. USP, 7 (1-2), Out. 1995, p. 84
15. Maia, António C. Op. Cit. p. 84-85
16. Albuquerque, José A. G. Op. Cit, p. 109
17. Foucault, Michel. Vigiar e Punir – História da violência nas prisões. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003, p. 119
18. Foucault, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003, p. 13
19. Foucault, Michel. Op. Cit. p. 118
20. Foucault, Michel. Op. Cit. p. 127
21. Foucault, Michel. Op. Cit. p. 149
22. Foucault, Michel. Op. Cit. p. 161

23. Rago, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira in *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 7 (1-2), Out 1995, p. 72-73

Bibliografia

Albuquerque, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder in *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 7 (1-2): 105-110, Outubro de 1995.

Arendt, Hanna. Sobre a violência. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002.

Balandier, George. A desordem: elogio do movimento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

Bobbio, Norberto. Estado, governo e sociedade. Para uma Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 109

Bobbio, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

Bourdieu, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

Dallari, Dalmo de Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado. São Paulo, Saraiva, 2001.

De Certeau, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

Delleuze, Gilles. Desejo e prazer in *Magazine Littéraire*, Paris nº 325, Out. 1994, p. 57-65, (<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art07.html>, acessado em

01/07/2004).

Elias, Norberto e Scotson, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

Foucault, Michel. El sujeto y el poder em Dreyfus, Hubert L. e Rabinow, Paul. Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics, Chicago, Chicago University Press, 1983 (Traduzido para o espanhol por Santiago Carassale e Angelica Vitale).

Foucault, Michel. Vigiar e punir. História da violência nas prisões. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

Hardt, Michael e Negri, Antonio. Império. Rio de Janeiro, Record, 2001.

110 Maia, António C. Sobre a analítica de poder de Foucault in Tempo Social, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 7 (1-2): 83-103, Outubro de 1995.

Rago, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira in Tempo Social, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 7 (1-2): 67-82, Outubro de 1995

Sampaio, Laura Fraga de Almeida. A temática saber-poder em M. Foucault in Cadernos de Filosofia, Ano I, nº 1, Centro de Filosofia do Instituto Sedes Sapientiae ([http://www.sedes.org.br/Centros/a temática saber.htm](http://www.sedes.org.br/Centros/a%20temática%20saber.htm) – acessado em 01-07-2004)

Siqueira, Teresa Cristina Barbo. Uma genealogia da ordem do discurso em Michel Foucault in Revista Educativa, v. 3, jan e dez 2000, Goiânia, GO, Depto. de Educação da UCG, 1997, p. 159-164.

Weber, Max. Economia y sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva. México, Fondo de Cultura, 1992

MAQUIAVEL

E A NOVA POLÍTICA



A JUSTIFICATIVA DO CONTEXTO

Paul Strathern ao abrir o seu pequeno livro sobre Maquiavel lembra que, ao se falar do autor e, sobretudo, de O Príncipe, sua obra de maior permanência, o que temos “é quase o sinônimo do mal”. Talvez isso ocorra em função mais do mito do que do próprio homem e sua obra. E este mito só pode ser desfeito, primeiro, conhecendo-se a obra e, a partir desse conhecimento, colocando Maquiavel e o que ele escreveu dentro de um contexto histórico. Foi sobre ele e a partir dele que O Príncipe, que pretendia ser uma espécie de manual para o governante, foi desenvolvido. Então, para entender a obra e seu autor é essencial que se faça a contextualização dos dois. 113

Châtelet em sua História das Idéias Políticas, ao falar sobre o contexto da produção da obra de Maquiavel, lembra que “a partir do século XVI produzem-se transformações que abalam as sociedades da Europa Ocidental”. Assinala, ainda, que estas mudanças envolvem as realidades históricas e econômicas, a imagem do mundo, a representação da natureza, a cultura e o pensamento religioso. Maquiavel, portanto, viveu em uma época de profundas mudanças e, a isso, acrescenta-se, do lado político, a própria questão italiana, com o declínio de cidades-estados e a invasão do país por forças da França e da Espanha.

Intelectual preparado, como observa Strathern, buro-

crata zeloso, o autor de O Príncipe tinha, também, algo de sonhador. Seu sonho, na verdade, era o de ver uma Itália unificada, forte e livre da ocupação estrangeira. É nesse sentido, como observa bem Viroli, que se dá o sonho do florentino, relatado em seu leito de morte, uma metáfora para a ação do príncipe – ou do condutor do Estado – que deve fazer o que tiver de ser feito, sem pensar que, ao final, vai conseguir chegar ao Paraíso.

É este sonho, no final, que Maquiavel coloca em O Príncipe, cujo objetivo é dar ao príncipe (governante) um ferramental que lhe permita exercer, e bem, o Governo, aliás, como registra muito bem Strathern:

114 “Se você é um príncipe e governa um Estado, seu principal objetivo é permanecer no poder e dirigir o Estado em seu (isto é, dele) melhor proveito. Maquiavel mostra como fazê-lo, com abundantes exemplos históricos e ausência total de sentimentalismos. Sem essa de pisar em ovos – eis a fórmula” .

Em um mundo em profunda transformação, onde a traição era a norma e o poder volátil, é que Maquiavel produz sua obra. De imediato, queria que seus conselhos contribuíssem para a formação de um poder estável e, a partir dele, conseguir a unificação da Itália sob este poder, expulsando os estrangeiros e submetendo todos ao poder civil e laico, que deve ser exercido, antes de ser no interesse pessoal, no do Estado, pois a finalidade maior do príncipe é manter-se e, ao fazê-lo, manter o Estado.

Como observa Châtelet ao comentar a significação de O Príncipe:

“(...) trata-se, antes de mais nada, de mostrar que –

se se quer o poder – é preciso querer a onipotência; que essa exige não apenas um ato de fundação absoluta, mas também uma resolução que não admite fraquezas ou compromissos; que as considerações morais ou religiosas devem ser afastadas do cálculo através do qual se estabelece ou se mantém o Estado (...)

O intuito de Maquiavel, pelo que apontam os seus estudiosos, era mais no sentido de perpetuar o Estado, mesmo que, para tanto, tivesse de dar poder absoluto ao príncipe e o aconselhasse a tomar todas as medidas cabíveis para manter o poder. Afinal, o florentino entendia que só um governante forte, temido e astucioso poder cumprir o seu sonho, de unificar a Itália, devolvendo-lhe o esplendor que ele aprendeu a amar em Florença.

115

A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA

O Príncipe, como desenvolvido por Maquiavel, pode ser dividido em alguns temas, com agrupamento de capítulos, levando em consideração o assunto sobre o qual fala e os conselhos relativos a cada tópico abordado. Assim é que, na primeira parte, que vai do primeiro a décimo primeiro capítulo ele fala dos governos e suas formas, destacando vantagens e fraquezas de cada um, ilustrando com exemplos de príncipes e destacando ações que os tornaram, depois, conhecidos, seja pelo sucesso, seja pelo fracasso.

A partir do décimo segundo capítulo, ele muda o foco. Fala, inicialmente, sobre a constituição do poder militar,

desenvolvendo a ideia do Exército próprio em oposição aos mercenários, usados com frequência na Itália pelos poderosos que estavam em guerra. Teoriza, neste caso, sobre a necessidade de se aparelhar e treinar este exército, deixando-o sempre pronto para entrar em batalha, ao mesmo tempo em que, com ele, cria um poder de dissuasão.

Do décimo quinto capítulo em diante o seu foco é o Governo, como conquistá-lo e mantê-lo. São estes conselhos, por sinal, que chegaram aos nossos dias e fizeram com que o nome de Maquiavel ganhasse um adjetivo, maquiavélico, no sentido de se ser capaz de fazer todas as maldades e, também, de ser astucioso. E é exatamente a partir dos conselhos aos príncipes que Maquiavel realiza um dos seus feitos: a instituição da política como algo
116 autônomo, desvinculado do poder religioso e com poder constitutivo.

O secretário florentino, como lembra muito bem Châtelet,

“introduziu uma ruptura decisiva; contra as teorias da sociabilidade natural, contra os ensinamentos da Revelação e os da teologia, ele afirma – porque constata – que, no que se refere às atividades coletivas, o que é o Estado. Foi ele quem deu a este último termo sua significação de poder central soberano, legiferante e capaz de decidir, sem compartilhar esse poder com ninguém, sobre as questões tanto exteriores quanto internas de uma coletividade” .

Com Châtelet concordam outros estudiosos do florentino, que veem nele, o instituidor da política como esfera autônoma da vida social. Nele, a política não é pensada a partir nem da religião, nem da ética; tampouco é pensada

no campo da filosofia, passando, então, a ser um campo de estudo independente. O que Maquiavel observa é que a vida política tem regras independentes de considerações privadas, morais, filosóficas ou religiosas. A política, assim, constitui-se na esfera do poder por excelência.

Como observa Strathern o que Maquiavel busca, com O Príncipe, é “manter o Governo da forma mais eficiente possível”. E a eficiência por ele pregada só pode ser conquistada pelo exercício da política, que não é uma arte, mas uma ciência e, como tal “não tem nem ética, nem compaixão – ela funciona, ou não”. O Príncipe, neste sentido, é uma descrição de como a ciência política funciona, daí sua tipificação de Governo e o passeio pelos vários deveres e tipos de comportamentos de quem governa.

117

“A unidade política, condição da existência social, repousa num ato que institui o Estado, ato que é o de um legislador que define, de uma vez por todas, o que justo e o que injusto, e o pleno exercício do poder”, observa Châtelet para, em seguida, comentar que este ato de instituição é um princípio que deve ser mantido constantemente. Maquiavel vê a política – e o Governo – regidos por leis idênticas às que governam as estações do ano, o que o leva a desconsiderar qualquer tipo de dever moral. A política, neste caso, é tratada como ciência e, como tal, deve ser exercida.

Vai neste sentido o comentário de Antonio Gramsci, que era um admirador de Maquiavel e viu nele qualidades teóricas, já que não falava de um príncipe, mas acabou por desenvolver um modelo. Gramsci afirma: “Em todo o livro, Maquiavel mostra como deve ser O

Príncipe para levar um povo à fundação de novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo científico” .

Sobre a mesma questão, Luciano Gruppi, outro estudioso de Maquiavel, afirma:

“Maquiavel, ao refletir sobre a realidade de sua época, elaborou não uma teoria do Estado moderno, mas sim uma teoria de como se formam os Estados, de como na verdade se constitui o Estado moderno. Isto é o começo da ciência política; ou, se quisermos, da teoria e da técnica da política entendida como uma disciplina autônoma, separada da moral e da religião” .

118 É nesse sentido que se pode dizer que Maquiavel vê a política como forma de conciliar a natureza humana com a marca da história, daí os seus conceitos de fortuna e virtú, sendo a primeira decorrente de contingências das próprias coisas políticas, não uma manifestação de Deus ou da Providência Divina. Como tal, ela pode ser, se não dominada, prevenida, no sentido de o príncipe não ser pego de surpresa quando venha a ocorrer. Já em relação à virtú, Maquiavel a vê como necessária ao bom exercício do poder e a pressupõe formada por força de caráter, coragem militar, habilidade no cálculo, astúcia e inflexibilidade no trato com os adversários. Usando estes e outros atributos o príncipe pode desafiar e mudar a fortuna. Embora realista, Maquiavel não é determinista e credita ao homem o papel de poder mudar a história.

O que fica claro pela leitura de O Príncipe e pela consulta a estudiosos de Maquiavel é que, ao produzir o que pretendia ser um manual para ajudar no bom Governo e na construção do seu sonho de ver a Itália unificada, ele

fez muito mais: acabou por instituir um novo saber, a política, definindo seu campo de estudo e princípios que a instituíram. A partir dele, o Estado tornou-se estritamente laico e civil, subordinando sob o seu poder o próprio poder religioso. O que o secretário florentino defende, no final, é a busca do bem público, depois de constatar que, em política, reinam a violência, a astúcia e a vontade de poder. “Se as coisas são assim, então é melhor pôr essas forças a serviço do Bem público e aprender a conhecê-las a fim de utilizá-las eficientemente como meio desse fim legítimo”, avalia Châtelet.

SEM DEFINIR ESTADO

Se a política está muito bem resolvida em Maquiavel, a questão do Estado é menos nítida. Ele reconhece, como entende Châtelet, que o Estado é, conferindo originalidade à sua afirmação, já que, antes dele, o Estado era visto de outra forma. O florentino entendeu, depois de longa vivência na burocracia e de ter caído em desgraça, que o Estado está acima das pessoas e dos próprios governantes, que devem exercer o seu mister no sentido de perpetuá-lo. Mais uma vez ele põe na sua teoria o seu sonho, de ver uma Itália unificada e forte, governada por um príncipe que tenha a virtude, qualidades que julga essencial a quem deseja exercer um bom governo. 119

A diferença de Maquiavel, em relação aos outros teóricos do Estado, seus contemporâneos ou que o antecederam, como observa Paul Strathern, é que:

“Maquiavel insiste que o filósofo político deve evitar descrever os Estados imaginários e utopias usadas pelos escritores antes dele para encarnar suas idéias. (...) Maquiavel insistiu em falar da realidade – do comportamento real das pessoas, não de como deveriam se comportar”

Para Châtelet, Maquiavel percebe o Estado como um poder central soberano, que se exerce com exclusividade e plenitude sobre as questões internas e externas de uma coletividade. Por isso, entende, que o Estado está além do bem e do mal, o que o leva a regularizar as relações entre os homens, utilizando-os no que têm de melhor e contendo-os no que têm de mal.

120 Sobre esta questão, Marcílio Marques Moreira cita Jorge Sena para afirmar que foi Maquiavel o “primeiro a declarar que o bem e o mal não têm sentido na vida sociopolítica, se forem abstratamente dissociados, foi a primeiro a denunciar que a pureza de intenções é capaz de todos os crimes, exatamente como as intenções mais ínvias são capazes dos mais nobres atos; o primeiro em suma, a apontar que são a reflexão e a experiência das ações humanas que possibilitam ultrapassar a antinomia entre pensamento e ação na transformação da realidade política” .

Realista, Maquiavel sempre procurou falar de um Estado real e é neste sentido que recomenda aos príncipes o que devem fazer para manter o poder, entendido, aqui, como a manutenção do próprio Estado. O principal ponto é planejar o futuro, não permitindo que a fortuna, representada pelo acaso, contribua para que perca o poder. Deve, também, preparar-se para a guerra, daí a necessidade de construir um Exército nacional. Além

disso, deve buscar o apoio do povo. É nesse sentido que o príncipe deve agir, aplicando de forma justa a lei, não usurpando propriedades e, tampouco, fazendo algo que não seja necessário e justificável.

Maquiavel, ao pensar o Estado, desenvolve a questão do que, embora não o defina, pode ser considerado como “razões de Estado”, motivos mais elevados que se sobrepõem a quaisquer outras considerações. É sob esta ótica, da Ética da Responsabilidade, que afirma ser possível utilizar todos os meios para se atingir um fim, isto é, a finalidade do Estado, que é o bem comum. O que o secretário florentino defende é a exceção à lei, que pode ser invocada pelo príncipe para resolver uma determinada questão, de forma a manter-se, o que, para Maquiavel, significa manter o Estado. Afinal, a finalidade do Estado é manter sua grandeza e prosperidade e, cumprindo este objetivo, o príncipe será respeitado, amado e manter-se-á no poder. 121

De toda teorização de Maquiavel, de acordo com Châtelet, pode-se deduzir dois princípios: o de potência e de autonomia política. Eles são inerentes ao próprio Estado, mas não são suficientes para mantê-lo. Daí, aduzir aspectos mais técnicos, que vão permitir ao governante o bom exercício do poder.

O que fica, no final, é a forma original como Maquiavel pensou o Estado, conferindo-lhe a autoridade que antes não tinha, principalmente devido à subordinação – às vezes direta, às vezes indireta – ao poder religioso. O Estado de Maquiavel é laico, civil e constituído pelo exercício da política, que pretende, desde então, seja uma ciência e, como tal, com leis aplicáveis às várias situações.

INDO ALÉM DE O PRÍNCIPE

O fato de ser pequeno, conciso e direto não tira de *O Príncipe* a sua complexidade. Talvez por isso é que Octávio de Faria o considera difícil e perigoso, o que pode ser lido, também, como demonstração da originalidade com que ele aborda o Estado e a política. É esta originalidade que fez de Maquiavel e de sua obra uma referência, o que o torna, ainda hoje, um autor a ser estudado e consultado.

122 Levando-se em consideração tudo o que Maquiavel expôs, podemos chegar a uma questão que, à primeira vista, parece fundamental para esclarecer os objetivos do autor e esta pergunta é: Como constituir e manter a Itália como um Estado livre, coeso e duradouro? A questão, é evidente, não está posta desta maneira, mas, sim, olhando-se a forma de como adquirir e manter os principados. O que Maquiavel procura, na sua obra, é responder à pergunta, oferecendo ao governante um manual de práticas longamente observadas, de como melhor governar e, com isso, chegar ao que o autor sonhou: ver seu país unido e forte, livre dos estrangeiros e do poder religioso.

Ao fechar *O Príncipe* Maquiavel revela sua intenção ao desenvolver e sistematizar o manual. Mas, ao final da leitura, ele deixa um pouco mais do que princípios de Governo, de política e de técnicas de bem governar. Pode-se inferir, da leitura, a preocupação do com ir além do próprio Governo. É o caso, por exemplo do aconselhamento que dá ao príncipe da necessidade de ter uma

imagem pública. Neste caso, o que Maquiavel desenvolveu foi o que poderíamos chamar de uma Teoria das Relações Públicas, antecipando, e muito, os cuidados que todos os governantes, hoje, têm com a imagem.

Da obra de Maquiavel pode-se deduzir, ainda, uma Teoria da Cultura Política quando ele defende que a religião nacional, os costumes e o ethos social são instrumentos para o fortalecimento do poder do governante, o que ressalta ao recomendar o respeito à religião, à cultura e ao ethos social dos conquistados e dos próprios súditos. É possível deduzir, também, uma Teoria da Administração Pública, que se baseia na probidade administrativa, limites à tributação e respeito à propriedade privada, coisas pouco usuais na sua época, quando o dinheiro do Estado era confundido com o dinheiro do seu soberano e não havia regras claras para tributação e para a garantia da propriedade. Absoluto, o soberano podia tudo. É a este absolutismo que Maquiavel contrapõe sua teoria. 123

Por fim, e não menos importante, Maquiavel desenvolve uma Teoria das Relações Internacionais, centrando-a na manutenção da soberania mediante a constituição de Exércitos fortes, nacionais e permanentes, que podem ser usados para a conquista, já que ao príncipe cabe se ousado, mas que servem, sobretudo, para a defesa da ordem interna, impondo a paz que o governante necessita para desenvolver o seu Estado.

Se não estão explicitadas no texto de O Príncipe, estes princípios ou teorias podem ser facilmente deduzidos com uma leitura mais atenta. Maquiavel não inova somente na instituição da política como uma disciplina ou saber autônomo e ao pensar o Estado como poder

central, soberano e hegemônico, mas, também, em recomendações que, para a sua época, representava uma revolução nos costumes dos governantes. Uma delas, certamente, é aconselhar a parcimônia ao príncipe, não por bondade, mas por sentido prático, já que, não explorando seus súditos, pode ter com eles uma relação muito melhor e ser apoiado nas dificuldades.

Como bem observa Luciano Gruppi, um dos estudiosos do trabalho do florentino, “(...) Maquiavel funda uma nova moral que é a do cidadão, do homem que constrói o Estado; uma moral imanente, mundana, que vive no relacionamento entre os homens. Não é mais a moral da alma individual, que deveria apresentar-se ao julgamento divino como “formosa” e limpa”. É esta virada, absolutamente original para a época, que fez de

124 Maquiavel um autor que merece ser estudado.

Muito além de instrução para um príncipe que buscasse a unificação da Itália, transformando-a de fraca e dividida em forte e unida, Maquiavel nos mostrou, como ressalta Paul Strathern, que a moralidade e a política são coisas separadas e que, por isso, não há um juízo universal, mas cada ação deve ser julgada dentro do seu contexto e sob a ótica da ação tomada e do objetivo em que foi tomada. Ao fazer isso, construiu uma nova Teoria Política e mudou o exercício da própria política e do poder, dando-lhes um novo feitio e uma nova posição.

Olhando-se em perspectiva e fazendo a análise do quadro político atual, podemos ver que a ele se aplicam vários dos conceitos de Maquiavel. Os conselhos que deu ao príncipe, que não era uma pessoa, mas uma abstração, ainda estão servindo a governantes, em outro

contexto, é certo, mas servindo, o que prova a atualidade do pensamento de Maquiavel, sem deixar de considerar o seu avanço histórico.

Referências

1. Strathern, Paul. Maquiavel em 90 minutos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, p. 7
2. Châtelet, François et alli. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 37
3. Viroli, Maurizio. O sorriso de Nicolaut. São Paulo, Estação Liberdade, 2002, p. 18
4. Strathern, Paul. Op. Cit, p. 8
5. Châtelet, François et alli. Op. Cit, p. 39.
6. Châtelet, François et alli. Op. Cit., p. 38
7. Strathern, Paul. Op. Cit, p. 44
8. Strathern, Paul. Idem, p. 44
9. Gramsci, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 3-4
10. Gruppi, Luciano in Maquiavel, Vida e Pensamento, São Paulo, Martin Claret, 2002, p. 88
11. Strathern, Paul. Op. Cit., p. 48-49
12. Moreira, Márcilio Marques. O pensamento político de Maquiavel in Maquiavel, Vida e Pensamento, São Paulo, Martin Claret, 2002, p. 43-44

13. Faria, Octávio. Maquiavel e o Brasil, Rio de Janeiro, Schmidt, sd.
14. Gruppi, Luciano. Op. Cit. in Maquiavel, Vida e Pensamento

Bibliografia

Châtelet, François et alli. História das idéias políticas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000

D'Elia, Antonio. Tão grande nome nenhum elogio alcança, in Maquiavel, Nicolau. O príncipe, São Paulo, Círculo do Livro, s/d

Gramsci, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991

Gruppi, Luciano. Tudo começou com Maquiavel in Maquiavel, Vida e Pensamento. São Paulo, Martin Claret, 2002

Maquiavel, Nicolau. A realidade crua do poder. São Paulo, Veja, in <http://veja.abril.com.br/idade/descobrimiento/entrevista.html>, acesso em 21/07/2004

Maquiavel, Nicolau. O príncipe com notas de Napoleão Bonaparte. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1999, 2a. edição

Maquiavel, Nicolau. O príncipe. São Paulo, Círculo do Livro, s/d

Moreira, Marcílio Marques. O pensamento político de Maquiavel, in Maquiavel, Vida e Pensamento, São Paulo, Martin Claret, 2002

Muller, June. Maquiavel in <http://consciencia.org/moderna/maquiavel2b.shtml>, acessado em 21-07-2004

Santos, Anderson Fernando. Maquiavel é um representante do renascimento? in <http://geocities.yahoo.com.br/historiaworks/maquiavel.html>, acessado em 21-07-2004

Strathern, Paul. Maquiavel em 90 minutos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

Viroli, Maurizio. O sorriso de Nicolau. São Paulo, Estação Liberdade, 2002.



O DIREITO

COMO ARGUMENTAÇÃO



Se olharmos os currículos dos cursos de Direito, no Espírito Santo e no Brasil, constataremos que poucos têm uma disciplina que trate explicitamente de argumentação. Em alguns casos, este estudo está integrado às disciplinas como Retórica, Técnicas de Oratória e, mesmo, em Lógica, com sua vertente aplicada ao Direito, que é a Lógica Jurídica. Às vezes, também faz parte do que se convencionou chamar de Comunicação e Expressão. O certo é que a palavra argumentação não aparece e não há uma disciplina específica que trate do assunto, permitindo que alunos tenham uma visão do que é e que instrumentos oferece para quem opera o Direito.

131

Lógica, Retórica e Oratória, no entanto, não dão conta de desenvolver, nos que cursam Direito, habilidades argumentativas. E isto decorre, também, do próprio perfil dos cursos, baseados no conhecimento dos dispositivos legais e de aplicação deles ao fato jurídico. O que os alunos buscam é um conhecimento específico e é isso que os cursos oferecem. Não atentam para o fato de a argumentação fundamentar o exercício do Direito, principalmente para os seus principais operadores – advogados, magistrados e Ministério Público.

É a importância da argumentação para o exercício do Direito o que se pretende mostrar, aqui. De forma rápida, é verdade, já que não cabe um tratado, mas alinhavando razões que demonstrem, ao final, que o Direito só é bem exercido mediante uma argumentação consistente, que

saiba dar suporte às idéias e justificar a aplicação do dispositivo legal ao fato jurídico. Tornar isso possível exige, de início, uma explicação das diferenças entre Retórica, Oratória e Argumentação.

Retórica e Oratória têm algo em comum, pois referem-se ao discurso oral, já que desenvolvidas quando a imprensa não existia e a sustentação das idéias era feita, primordialmente, através de articulações discursivas orais. A retórica floresceu na democracia ateniense, onde a Ágora representava um importante papel, já que os assuntos eram debatidos e decididos pelos cidadãos gregos. Foi também na Grécia que a retórica começou a ser criticada e uma das principais razões foram os sofistas, filósofos que a usavam para manipular a opinião pública, levando-a a alinhar-se às suas posições. Um dos críticos da retórica foi Platão, que a usa, no entanto, nos seus escritos.

Da Grécia podemos passar a Roma, promovendo um salto temporal, e retomando a retórica já como oratória, consagrada, dentre outros, por Cícero, responsável pela tradução para o latim do Tratado de Retórica de Aristóteles. Foi como oratória que a retórica se consolidou através do Império Romano, transformando-se em disciplina obrigatória, já que ensinava como falar e convencer o público. Quem desejava uma melhor articulação tinha, obrigatoriamente, que estudar retórica, de forma a expressar-se e a convencer sua audiência.

Ao migrar da Grécia para o Império Romano a oratória – e a retórica – não perdeu o seu sentido manipulativo. Grandes oradores ainda eram usados para convencer o público, a opinião pública, ganhando, de certa forma, o

sentido de propaganda, como a conhecemos hoje. Veja-se, sobre o assunto, o que Maquiavel diz em O Príncipe, quando aconselha o governante a ter uma imagem pública, que pode ser totalmente diferente da sua imagem real e que, por isso, serve para consumo dos súditos, dos governados.

Foram a retórica e a oratória que ajudaram, a seguir, a Igreja Católica a se tornar hegemônica e a disciplina acabou se transformando em algo obrigatório em todas as escolas, fazendo com que seus mestres ganhassem importância e destaque. Não perdeu, contudo, o lado manipulativo, de convencimento, e trouxe com ela a acusação de discurso vazio, sem conteúdo, formado de belas palavras somente.

Exatamente por ser vista como algo vazio e manipulativo foi que a retórica e a oratória não só acabaram por perder o seu status – na área da ciência e no currículo acadêmico – sobrepujadas pela nova racionalidade, imposta a partir das formulações de Descarte e do positivismo, que via tudo como uma relação de causa e efeito, instituindo o mito da objetividade e da imparcialidade. Ora, se a oratória e retórica não eram objetivas, imparciais, não podiam ser levadas em conta. E foi exatamente o que aconteceu. A disciplina – fosse chamada de oratória ou de retórica – sumiu dos currículos e deixou de ser ensinada, o que a levou ao quase desaparecimento. Isso se deu, como observa Jaqueline Farbiarz, por centrar-se a retórica mais na busca de uma fala convincente e elegante, perdendo o seu viés lógico. Ela reforça sua posição recorrendo a Adilson Citelli para enfatizar que a retórica, com isso, ganhou um tom pejorativo. E é Far-

biar quem afirma:

“Daí o tom pejorativo, o torcer de nariz que observamos, a cada vez que alguém fala que determinada pessoa está sendo retórica ou que certo texto é retórico. Nesse universo parece claro que retórica e ética foram dois signos que, pelo menos naqueles tempos, não se preocupavam em seguir juntos. Assim, se era verdade, não se tinha certeza, mas se era bom, bonito e substancialmente bem elaborado, era verossímil, logo passível de ser verdade”.

134

A questão da manipulação decorre dos próprios estudos da área de comunicação, que tinham foco no emissor. Basta, para comprovar este fato alinhar a Teoria Hipodérmica, que vê a comunicação como algo irresistível, completamente manipulada pelo emissor. Hoje, os teóricos desta área concordam que o foco está no receptor e talvez tenha sido esta mudança que acabou por permitir, também, uma mudança na retórica, retomada por estudiosos já no século XX.

Um desses estudiosos foi Mikhail Bakhtin, um filósofo russo da linguagem. Ele não foi o único. Outros teóricos também se debruçaram sobre o tema e viram nele potencial para o desenvolvimento da própria linguagem ou uma forma de explicá-la. Alinha-se aqui um teórico do peso de Roland Barthes, que ajudou a desenvolver a semiologia. A retórica e a oratória começaram a ganhar, com estes teóricos, um novo status.

UM NOVO ENFOQUE

A retomada da retórica e da oratória, não do ponto de vista de sua articulação inicial, mas já contando com todo o suporte da moderna ciência, se fez, mais, em relação à comunicação, que sempre procurou um ponto de vista argumentativo, já que pretende convencer o público de ser o seu produto melhor que o do concorrente. Há, em consequência, uma adaptação do discurso ao público, ao auditório e são usadas técnicas argumentativas para prendê-los, fidelizá-los, como nos informa Phillipe Breton no seu *A argumentação na Comunicação*.

O que os estudiosos contemporâneos fizeram foi redescobrir a retórica, suas técnicas e adaptá-las ao nosso tempo, permitindo que seja utilizada em vários campos de conhecimento e um destes campos é o Direito. Nesta área, foi fundamental os estudos feitos por Chaim Perelman, filósofo suíço, que estudou o tema e que, na verdade, é o responsável pela introdução da argumentação no Direito, como a conhecemos hoje. O que Perelman mostrou é que a argumentação pode dar suporte ao Direito, permitindo que as peças fiquem mais consistentes e proporcionando um convencimento maior de quem é o seu destinatário. A partir da Lógica, Perelman retomou a Teoria da Argumentação mostrando que pode ser usada, e bem usada, na área de Direito, não para manipular auditórios ou audiências, mas para dar consistência às posições que se defende.

A partir da formulação inicial de Perelman, feita nos anos 60 e 70 do século passado, a argumentação vol-

tou, pelo menos em relação ao Direito, ao prosclênio. O filósofo suíço e outros estudiosos debruçaram-se sobre a matéria e resgataram técnicas que, se usadas, não o eram da melhor maneira. Alinharam, também, dispositivos que ajudam na formulação do pensamento, fazendo com que seja lógico e fundamentado. Explicitaram técnicas, mostrando como podem ser usadas em proveito de um melhor exercício do Direito.

Esta mudança contou, ainda, com uma virada na própria área das ciências humanas e sociais, com os teóricos descobrindo que a racionalidade absoluta, como pregada por Decartes e pelos positivistas, não conseguia dar conta da complexidade do mundo, o que levou à quebra de antigos paradigmas. Um dos primeiros a serem contestados foi o da objetividade, desconstruído, mostrando que, mesmo na ciência, fazemos escolhas e que elas são determinadas pela nossa subjetividade. Ficou demonstrado, também, que nas áreas de ciências humanas e sociais o cientista é sempre partícipe do seu próprio experimento.

Outro fato que acabou contribuindo, se não direta, pelo menos indiretamente para o reforço da argumentação foram os estudos sobre ideologia, vista aqui do seu lado positivo, como constitutiva do sujeito, na vertente tanto abordada por Antônio Gramsci, Louis Althusser e, mais recentemente, por Slavoj Žižek. Gramsci destaca o papel da ideologia na formação do sujeito e do próprio Estado, enquanto Althusser chama a atenção para os meios que reproduzem esta ideologia. Žižek, por sua vez, mostra-nos que não há, hoje, como fugir do espaço ideológico, pois é a ideologia que faz a ligação entre um real, que nunca pode ser percebido, e a nossa realidade,

que é uma construção social.

Ao lado desta evolução pode-se destacar, ainda, uma nova postura em relação ao Direito, derivada, de certa forma, da crítica ideológica. O que fica patente é a reprodução de uma determinada ideologia, já que a lei decorre, sempre, de fatos sociais e estes não existem sem o entranhamento ideológico. O Direito, nesta perspectiva, pode ser tratado como valor, o que significa tomada de posições, confronto ideológico, diferenças de opinião, campos abertos, todos eles, à argumentação.

ARGUMENTAÇÃO E DIREITO

Se há uma evolução em relação a argumentação e à tomadas de posições envolvendo o próprio Direito, uma coisa não mudou na área jurídica: o processo. Esta configuração, como assinala muito bem William Gonçalves ao traçar a ontologia do processo, remonta aos primórdios de nossa civilização e à necessidade de se resolver as disputas, evitando-se a vingança pessoal e, com ela, a morte dos contendores. Trata-se, de início, do Direito, entendido como normas impostas à comunidade por decisão dos seus membros e às quais as pessoas se subsumem, buscando a solução de seus problemas em uma instituição, a Justiça. 137

Não é que o processo não tenha evoluído, o que ocorreu. O princípio dele, no entanto, manteve-se: a existência de partes que se submetem a um árbitro ou juiz para resolução de uma pendência, levantada com

base no ordenamento jurídico. Neste caso, não estamos nos referindo ao Direito, de um modo geral e que, como observa Boaventura de Souza Santos, pode, muito bem, ser informal, significando que não foi positivado, escrito.

Se necessariamente temos lados no processo e a discussão, nele, se prende ao fato, à aplicação da lei a um caso concreto, para mostrar que nossa posição é a que deve ser acolhida, precisamos recorrer à argumentação. Somente demonstrando que nossa posição é sólida é que podemos conseguir o intento de fazer com que o direito seja dito em nosso favor. Se não recorrermos à argumentação, como iremos mostrar e justificar nossa posição? Como vamos alinhar fatos em nosso favor? Como vamos dar suporte àquilo que pedimos? O caminho lógico é a argumentação.

138

Para entender a relação da argumentação com o Direito é preciso, primeiro, destacar o aspecto valorativo da lei positivada. Uma norma só é positivada por representar posição assumida por uma parcela considerável da sociedade. A norma positivada, neste sentido, atende ao contexto social, transformando em lei aquilo que a sociedade deseja ver respeitado. Como o fato social muda, assim o faz, também, a legislação. Ela evolui, se modifica, deixa o mundo legal. Veja-se como exemplo o caso da pena de morte, que deixou de existir no Brasil quando a sociedade passou a entender que não era a solução para o problema da criminalidade. Mudou os valores, mudou a legislação.

É sob esta ótica, como chama a atenção Perelman, que se dá a interação entre Direito e Argumentação. E é a partir dela que podemos falar do Direito como argumen-

tação, não no sentido da positivação da norma, mas no de sua discussão junto à Justiça, o que implica, necessariamente, a participação dos operadores do Direito. É neste foro que se exerce, efetivamente, o Direito e é nele, também, que se dá a concretização do Direito como uma disciplina argumentativa.

A Justiça, seja no juízo singular, seja junto aos colegiados superiores, é o foro exato para o exercício da argumentação no Direito. É nela, e através do processo, que o operador de Direito terá de demonstrar – o que implica racionalidade e pensamento científico – a consistência de sua posição, comprovando que o fato alegado encontra correspondência na lei positiva e que sua interpretação dela é a melhor e que, em razão disso, o Direito deve ser dito em seu favor. E esta postura é tanto válida para o advogado, que fala em nome do seu constituído, como dos outros operadores, inclusive o próprio julgador que, ao tomar uma decisão, terá de explicá-la, fundamentando-a, o que pressupõe, também, o uso da argumentação.

139

No processo – e no seu desenvolvimento – a argumentação faz sua ligação direta com o Direito. É ela quem fornece sustentação às teses levantadas pelas partes e é ela, de novo, quem possibilita a fundamentação da sentença. O arcabouço lógico formal do processo se realiza, então, mediante a análise de conteúdo, portanto material, e com o uso dos princípios e técnicas de argumentação, que são essenciais para o convencimento de um auditório particular – o juiz ou o tribunal – ou para o público, de uma maneira geral.

A necessidade de argumentação, frise-se novamente,

decorre da própria estrutura do processo, cujo objetivo é a resolução de um conflito e a pacificação das partes, como observa Hermenegildo Ferreira Borges , ao discorrer sobre a sentença como lugar de conhecimento. E está, como ressalta Paulo Ferreira da Cunha , na origem do próprio Direito. Ele afirma:

“O Direito, enquanto disciplina autônoma, nasce, assim, curiosamente, como uma espécie de resgate da boa contra a má retórica. Não, como poderia pensar-se, como um triunfo da retórica tout court, nem, como poderia estar na mente de outros, mais letrados, como uma luta dos factos contra as palavras, ou da ciência contra a eloquência”.

140

Só que esta ligação acabou se perdendo, sobretudo em função do racionalismo exacerbado e do positivismo caolho, que passaram a tratar o Direito como se fora uma ciência exata, o que não é e nunca foi. Se perdeu, também, pela esmaecimento da própria retórica, relegada ao limbo durante centenas de anos, até ser retomada por estudiosos da linguagem, primeiro, e depois na área do próprio Direito. Este esmaecimento, no entanto, não significou que a argumentação deixasse de fazer parte do Direito. Pelo contrário, ela esteve sempre ligada a ele. O que havia, no entanto, era um desconhecimento dessa participação e de sua importância para o exercício das profissões jurídicas.

Com a retomada, feita a partir de Perelman e de sua teorização, a área do Direito despertou, novamente, para a argumentação. Hoje, ela está presente – e reconhecida – em todo exercício do processo e do próprio mister jurídico. Um rápido olhar na literatura disponível no

Brasil mostra que o assunto vem ganhando importância, com mais e mais autores a ela se dedicando, discutindo-a sob o ponto de vista de aplicação no Direito.

A ESSENCIALIDADE DA ARGUMENTAÇÃO

Se a história confirma a estreita ligação entre argumentação e Direito, olhando-se a questão sob a ótica do contemporâneo, podemos ver que há, na verdade, uma ligação essencial entre os dois. Em um pequeno mas muito ilustrativo livro, Anthony Weston, pergunta: Para que serve argumentar?. E responde, a seguir:

“(...) argumentar quer dizer oferecer um conjunto de razões a favor de uma conclusão ou oferecer dados favoráveis a uma conclusão. (...) Os argumentos são tentativas de sustentar certos pontos de vista com razões. Neste sentido, os argumentos (...) são essenciais” . 141

O próprio Weston arremata, a seguir, que essa essencialidade se dá, em primeiro lugar, porque constitui “uma forma de tentarmos descobrir os melhores pontos de vista” e que são essenciais, também, por ajudar na explicação e na defesa da conclusão. O que temos em Direito é exatamente isso: o oferecimento de razões para basear a ideia que defendemos, o uso dos argumentos como meio de convencimento e como forma de dar consistência a um ponto de vista, o que defendemos.

Esta posição é verdadeira para os dois lados do processo. Se de um deles, o operador do Direito – advogado, Ministério Público, etc. – toma uma linha de argumen-

tação, há sempre a possibilidade de o outro lado adotar uma outra. E isso se dá exatamente por se estar discutindo valores, incorporados na legislação positivada. É na dinâmica do processo, da solução do conflito e da exposição das partes, que se configura o Direito como argumentação.

A essencialidade da argumentação, como nos lembra Weston, fica demonstrada, pois sem ela não seríamos capazes de defender posições, de oferecer argumentos, discutir aspectos da lei e da legislação e exercitar o Direito. Se a argumentação está presente em todas as áreas, no Direito ela é essencial, parte do seu próprio exercício. É a argumentação, no final, que fornece o suporte para o pleno exercício do Direito e pode contribuir para o seu bom – ou mau – exercício.

142

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar. Cotia, SP, Ateliê Editoria, 2004, 7ª edição

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa, Editorial Presença, sd

BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2000, 1ª Edição

BOBBIO, Norberto. Derecho y lógica. Cidade do México, Centro de Estudos Filosóficos, Universidade Nacional Autônoma do México, 1965

BORGES, Hermenegildo Ferreira. Retórica, Direito

e Democracia. Beira, Portugal, Universidade da Beira Interior, disponível em Comunicação apresentada ao II Congresso da Sopcom, disponível em <http://ubista.ubi.pt/~comum/borges-ferreira-epistemologia-decisao-judiciaria.html>, acessado em 01-06-2005

BRETON, Phillipe. A argumentação na comunicação. São Paulo, Edusc, 1999

CUNHA, Paulo Ferreira da. Retórica e Hermenêutica na origem do Direito, disponível em http://www.hotto-pos.com/videtur17/pfc_retdir.htm, acessado em 01-06-2005

FARBIARZ, Jaqueline Lima. Estabelecendo a ponte: uma visão bakhtiniana de argumentação. Trabalho apresentado no Núcleo de Teorias da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003. SP, Intercom. s/d

143

GONÇALVES, William Couto. Filosofia do Direito Processual. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2005

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro,

HOHLFELDT, Antônio et alli. Teorias da comunicação – Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, Vozes, 2001.

MAQUIAVEL, Niccolo. O Príncipe. São Paulo, Círculo do Livro, sd

MATTELART, Armand e Michele. História das teorias da comunicação. São Paulo, Loyola, 2002

MELO, José Marques. História do pensamento comu-

nicacional. São Paulo, Paulus, 2003

PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYCA, Lucie. Teoria da Argumentação. São Paulo, Martins Fontes, 2002

SANTOS, Boaventura de Souza. O discurso e o poder. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988.

SERRA, Paulo. Retórica e argumentação. Beira, Portugal, Universidade da Beira Interior, 1996

SOUZA, Jorge Pedro. As notícias e seus efeitos. Lisboa, Universidade Fernando Pessoa, 1999, disponível em <http://bocc.ubi.pt>

WESTON, Anthony. A arte de argumentar. Lisboa, Gradiva, 1996, 1ª edição

144 WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa, Editorial Presença, 2000

WOLKMER, Antônio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. São Paulo, Editora RT, 2003, 4ª edição.

ZIZEK, Slavoj (Org). Um mapa da ideologia. São Paulo, Contexto, 2001

